

ISLÃ HISTÓRICO E ISLAMISMO POLÍTICO

Oswaldo Coggiola

Nos tempos que correm, a religião pareceria ter substituído as ideologias políticas. A politização das religiões seria uma melhor maneira de definir o fenômeno; de qualquer modo, a questão é raramente explicada, ela é simplesmente dada como um *fait accompli*, que não admite nem precisa explicações. No máximo, alguns historiadores da contemporaneidade se referem ao “ressurgimento das religiões”, em geral, na década de 1980. As colunas de jornais e revistas “sérias” estão cheias de informações acerca da natureza das mais diversas religiões, ou acerca dos perigos dos “fundamentalismos” respectivos; o mesmo tema domina as prateleiras dos livros de *non fiction* mais vendidos e, ultimamente, até os de *fiction*. Somos também advertidos acerca do perigo de uma espécie de cruzada islâmica contra o Ocidente (cristão), ou acerca do iminente (ou corrente) “choque das civilizações”.

Iradas, ou moderadas, vozes “anti-fundamentalistas” se levantam por todo lado. O respeitado historiador (e ex *sedicente* marxista) Eric Hobsbawm propõe, num *Manifesto pela História*, um retorno aos valores univesais (e universalistas) do Iluminismo. Outras vozes clamam por um “multiculturalismo”, numa perspectiva oposta à existência, real ou potencial, de um cultura *universal*; uma construção “multicultural”, por outro lado, da qual estão excluídas a opressão nacional e as contradições de classe, tornadas insuperáveis em virtude de uma sub-divisão cultural que seria ela mesma insuperável pela própria História. A questão da “identidade”, de natureza variável (étnica, cultural, grupal, religiosa, raramente nacional, nunca *de classe*), substituiu-se às noções de classe ou de nação. A dinâmica histórica pareceria ter tornado a opressão nacional, e a exploração de classe, irrelevantes, ou meros dados suplementares, em absoluto decisivos, dentro de um *devoir* histórico determinado pela “cultura”, da qual a religião pareceria ser a expressão concentrada e suprema.

Para uma certa esquerda, só restou, nesse quadro, a possibilidade de criticar o “fundamentalismo de mercado” (ou neoliberalismo), propondo uma volta às receitas (capitalistas) keynesianas do “Estado Bemfeitor” (na verdade, interventor), e ignorando que, na época dos monopólios, levada atualmente até o paroxismo, é mais do que escasso o espaço reservado para o mercado de livre-concorrência. Não há globalização comandada livremente pelo mercado. Há uma economia mundial, sob a égide do capital financeiro, organizada de modo rígido, impondo uma verdadeira camisa-de-força às nações mais fracas: os grandes “globalizam”, e os “pequenos” (economicamente, não necessariamente em tamanho) adaptam-se.

A economia, mundial e nacional, nunca como hoje esteve submetida a tantas regulamentações, o comércio internacional intra-empresas assume hoje proporções gigantescas: mais de um terço das transações comerciais internacionais (supostamente “de mercado”) têm lugar no próprio interior dos grandes grupos monopolistas. Limitando-se à crítica do “fundamentalismo de mercado”, a (pseudo) esquerda adapta-se, por uma via terminológica, a uma concepção idealista-religiosa da história.

No processo que coroou com o fim da URSS e a chamada “morte do comunismo”, na década de 1980, duas construções “teóricas” foram oferecidas no mercado ideológico capitalista, com intenções prospectivas. A malfadada teoria do “fim da história” defendida pelo nipo-americano Francis Fukuyama (que previa “séculos de tédio”, devido à vitória definitiva da democracia liberal, a escala histórica e mundial) foi contraposta pelo “choque das civilizações”, de Samuel P.

Huntington, com a idéia subjacente de uma básica incompatibilidade do gênero humano consigo mesmo, em virtude de uma contraditoriedade cultural insuperável.1[1]

Para Edward Said, “Huntington é um ideólogo, alguém que quer transformar "civilizações" e "identidades" em algo que elas não são, entidades estanques e fechadas, destituídas das múltiplas correntes e contracorrentes que animam a história humana e que, ao longo dos séculos, tornaram possível que essa história não apenas contenha guerras de religião e conquista imperial, mas que também seja feita de intercâmbios, fertilizações cruzadas e partilhas”.2[2]

Origens do Islã

Não existe nenhum elemento histórico que abone a existência de um desenvolvimento competentemente estanque, incompatível e incompreensível por outras, de qualquer tradição cultural ou religiosa, dentre as hoje existentes (na melhor hipótese, isto teria validade relativa para o Extremo-Oriente ou a América pré-colombiana, “isoladas” - conceito eurocêntrico [na Idade Média, era a Europa a que estava “isolada” de um mundo cuja “civilização” florescia em outras latitudes] - durante um longo período histórico). Isso vale, particularmente, para a relação entre o islamismo e as chamadas “tradições ocidentais”.

O Islã (árabe الإسلام; al-islām) é uma religião monoteísta baseada no Alcorão, livro sagrado “enviado por Deus” (árabe: Allāh) através do profeta Maomé. Os seguidores do Islã, muçulmanos (árabe مسلم), acreditam que Maomé foi o último de uma série de profetas enviados por Deus, que inclui Abraham, Noé, Moisés e Jesús. A maioria considera o registro histórico das ações e ensinamentos do profeta, relatadas na *Sunna* e o *Hadiz* como meios indispensáveis para interpretar o Alcorão.

O Império Árabe formou-se junto com o surgimento do islamismo; antes disso, a Arábia era composta por povos semitas que, até o século VII, viviam em diferentes tribos. Antes de Maomé operar a unificação da península arábica através do Islamismo, a região era extremamente fragmentada e nela coexistiam diversos reinos e povos autônomos. Apesar de falarem a mesma língua, esses povos possuíam diferentes estilos de vida e de crenças. Os beduínos eram nômades e levavam uma vida difícil no deserto, utilizando como meio de sobrevivência o camelo, animal do qual retiravam seu alimento (leite e carne) e vestimentas (feitas com o pêlo). Com suas caravanas, praticavam o comércio de vários produtos pelas cidades da região. Já as tribos *koreichitas*, habitavam a região litorânea e viviam do comércio fixo.

Em *Uma História de Deus*, Karen Armstrong descreveu a origem da religião islâmica, fundada por Maomé no começo do século VII. Relacionou o seu nascimento com mudanças significativas nas circunstâncias de vida social da tribo dos *koreichitas* da região da Meca, na qual Maomé viveu,

1[1] Samuel P. Huntington é autor de um texto polêmico, *Clash of Civilizations*, onde defendeu o conceito de uma ordem mundial baseada no conflito entre civilizações originado pelas diferenças culturais. Huntington defende que os valores tidos como basilares do Ocidente têm pouca projeção ou aceitação junto das outras “civilizações”, pelo que o Ocidente deve estar preparado para defendê-los, quer dizer, preparado para um futuro conflito mundial radicado nas diferenças “civilizacionais”: “A idéia que proponho é que a fonte fundamental de conflitos neste novo mundo não será de natureza principalmente ideológica, nem econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a fonte predominante de conflito serão culturais. Os Estados-nação continuarão a ser os atores mais poderosos nos assuntos mundiais, mas os principais conflitos da política global vão se dar entre países e grupos que fazem parte de civilizações distintas. O choque de civilizações vai dominar a política mundial. As linhas divisórias entre as civilizações formarão as frentes de batalha do futuro” (Samuel P. Huntington. *Lo Scontro delle Civiltà e il Nuovo Ordine Mondiale*. Roma, Gli Elefanti Saggi, 1998).

2[2] Edward Said. O choque de ignorâncias. *Folha Online*, 17 de outubro de 2001.

especificamente com uma mudança rápida e dramática de uma vida nômade nas estepes de Arábia, para uma vida muito próspera baseada no comércio da região de Meca (em o que hoje é Arábia Saudita). Também havia as correspondentes mudanças ideológicas: os valores velhos da tribo, segundo Armstrong, foram suplantados por “um capitalismo selvagem e impiedoso”, causa de grandes transformações do modo de vida.

Na realidade, se tratava de um “comercialismo” (pequena produção mercantil) precapitalista, no qual muitas pessoas, abaladas pelas novas relações sociais, se sentiam desorientadas e perdidas. Maomé entendeu que a tribo precisava “achar uma ideologia que a ajudasse a se adaptar a sua nova situação”.3[3]

A religião islâmica daquele tempo, quando Maomé começou a formá-la, recebeu uma variedade de influências, especialmente do Judaísmo e do Cristianismo, religiões que tinham crentes na região. A partir de tudo aquilo, Maomé estabeleceu uma religião nova em que prevaleciam aspectos dessas religiões e tradições monoteístas, combinados com as tradições das tribos beduínas de Arábia. O Islamismo era uma síntese nova, capaz de transcender e de superar as divisões entre as tribos, unindo os árabes. Este aspecto era importante: das condições novas de vida surgia a necessidade, tanto como a possibilidade, da união os árabes sobre as divisões tribais.

Karen Armstrong assim o sintetiza: Maomé ofereceu os árabes uma espiritualidade nova, que foi ajustada em forma especial às suas próprias tradições. As caravanas eram importantes para entender a idiossincrasia do povo árabe. Ao passo delas semeia-se “cultura em desenvolvimento”, os árabes não só precisam de um mercado, mas também e ao mesmo tempo de um conhecimento universal para poder comerciar, por isto o povo muçulmano seria “multicultural”, como garantia de sobrevivência comercial, rasgo que desenvolve a sua famosa tolerância, como forma de vida em frente ao “outro”, sua compactuação com a *alteridade*. É, a dos povos árabes, uma atomização em movimento permanente, em caravanas que vão da China até o sul da África.4[4] Segundo Carlyle, o profeta do islamismo foi o instrumento do resgate árabe, o suscitador das energias adormecidas do seu povo, aquele que soube extrair das tribos pobres e dispersas do Ara-Bar uma força insuspeitada, capaz de derrubar qualquer obstáculo que encontrasse.5[5]

Perseguido pelos *koraixitas* Maomé fugiu de Meca para Yatrib (Medina) em 622. Esse movimento é conhecido como a *hégira* (retirada). Apoiado pelos comerciantes Maomé impôs suas idéias pela guerra. Depois de conquistar Meca e destruir os ídolos da Caaba, Maomé retornou a Medina, de onde organizou expedições para toda a Arábia Central. Essas expedições colocaram boa parte da península sob a autoridade do profeta, mas sua unificação só seria concluída um ano após a morte de Maomé.

3[3] Na sua adolescência, Maomé começou a ser iniciado na profissão de mercador, ou seja, a realizar viagens a toda parte, em especial para o norte, rumo a Damasco e outras cidades do Império Bizantino e da Pérsia, principalmente na Síria. Reza a tradição muçulmana de que numa dessas viagens, Maomé, ainda adolescente (entre 12 e 15 anos) teria encontrado um monge do deserto, um eremita (nos primórdios do cristianismo os eremitas eram muito comuns, visto que segundo as pregações do apóstolo Paulo, a salvação estaria numa renúncia ao sexo e a sociedade, ou seja, na castidade total e esta só seria possível com o afastamento das tentações mundanas, em suma, com o isolamento do indivíduo em um lugar distante, como uma montanha, uma floresta ou um deserto) chamado Bahira. Este teria predito a missão do garoto e recomendo a seu tio que o protegesse de seus possíveis inimigos (que os islâmicos pensam terem sido os judeus, ou talvez os bizantinos).

4[4] Fernando Hurtado. El mundo árabe. In: *www.rodolfowalsh.org*, 5 de janeiro de 2006.

5[5] Cf. Francesco Gabrielli. *Maometto e le Grande Conquista Arabe*. Roma, Newton & Compton, 1996.

Na peregrinação anual dos povos árabes à Caaba, em 631, os peregrinos não encontraram suas divindades, em seu lugar encontraram a Caaba transformada numa mesquita (templo islâmico): essa peregrinação foi uma transição entre o politeísmo praticado até então e o monoteísmo que o substituiria a partir do ano seguinte. Em 632, na peregrinação anual à Caaba, Maomé se faz presente e, com várias demonstrações dos rituais a serem seguidos nas visitas futuras, além de um discurso forte, declarou ter cumprido sua missão e rogou a todos os árabes que permanecessem unidos no Islã.

Após sua morte, os califas (substitutos do “enviado de Alá”) utilizaram-se das guerras, admitidas no Alcorão na propagação do Islamismo (guerras santas), para unificar a península arábica e iniciar uma expansão que, no final da Idade Média envolvia a península ibérica, o norte da África e o Oriente Médio. Através das conquistas no norte da África, ocorreu um aumento enorme da extensão do Império, bem como uma verdadeira revolução na máquina de guerra islâmica, visto que os berberes (povo do norte da África, da região da Numídia) se converteram ao Islamismo e tomaram para si a responsabilidade de invadir a Espanha visigótica.

Outras conseqüências importantes tanto para o Império Islâmico, quanto para o mundo atual, da conquista do norte da África, foram o surgimento da África Branca, ou seja, a irradiação dos povos semitas da Arábia e Egito até o Maghreb; a destruição definitiva de Cartago (a cidade havia sido destruída pelos romanos, porém, depois de ficar vários anos desocupada, foi revivida por Júlio César) para a construção, no mesmo lugar, de Tunis; a criação de portos importantes para o ataque a ilhas do Mediterrâneo e regiões costeiras da Europa; além da principal conseqüência histórica, a conquista da Espanha e o subsequente fechamento do Mediterrâneo à navegação europeia, pois os árabes passaram a dominá-lo completamente.

A conquista da Espanha (entre 711 e 714) marcou o início do apogeu do Império Islâmico, um Império que existia há apenas oitenta anos, e que já dominava uma região maior do que a extensão máxima do Império Romano. Com o advento das cruzadas e da formação dos Estados Nacionais europeus, os árabes foram sendo expulsos de parte dos seus domínios.

Um Papel Histórico Diferenciado

O Alcorão representou a visão idealizada de uma pessoa que morou no deserto de Arábia nas condições sociais da época de Maomé; descreve como tal pessoa imaginaria um lugar ideal para passar a eternidade. Esta percepção não representa a visão ou o testamento de algum deus eterno, onisciente, onipresente e onipotente, mas a de um ser humano, refletindo as condições naturais e sociais em que ele viveu. Esse monoteísmo é, portanto, diverso do judeu ou cristão. O orientalista (marxista) francês, Maxime Rodinson, apontou num artigo intitulado *A Fascinação do Islã*, como, a partir do século XVII, o Islã, diferentemente do cristianismo, foi visto no Ocidente como o epítome da tolerância e razão.

O Ocidente ficou fascinado, segundo Rodinson, pela ênfase do Islã “no equilíbrio entre a adoração e as necessidades da vida, e entre as necessidades morais e éticas e as necessidades corporais, e entre o respeito ao indivíduo e a ênfase sobre o bem-estar social”. A análise pode ser parcial, ou discutível, mas em qualquer hipótese afasta a idéia de um islamismo que observaria um especial desprezo pela individualidade humana, diferentemente do cristianismo ou do judaísmo.^{6[6]}

^{6[6]} No século XIX, a situação mudou. Surgiram os termos “orientalismo” e “orientalistas” para designar os estudiosos que traduziam os textos orientais para inglês. Essa prática era motivada pela noção de que a conquista colonial necessitava de um conhecimento do povo conquistado. Edward Said publicou, em 1978, seu livro *Orientalismo*,

Enquanto a Europa mergulhava na Idade Média, no século VI os árabes absorviam o conhecimento da antiga Pérsia, em conjunto com a herança do conhecimento helênico. Isto fez com que talvez pela primeira vez na história tenha acontecido uma harmonização em um todo da ciência com a filosofia e a teologia. Com a expansão do Islã por fronteiras distantes como a Índia e a Península Ibérica, o caldo de culturas resultante tornou-se externamente propício para o desenvolvimento do conhecimento.

No século VII um matemático muçulmano da Índia criou o conceito do "zero". Isto revolucionou o estudo da matemática. A invasão árabe da Europa fez com que se propagasse o uso dos algarismos arábicos, cuja memorização era facilitada pelo fato de que a quantidade de ângulos de cada um corresponder ao valor expresso.

Ibn Sina, conhecido mais comumente por Avicena, cujo trabalho mais consagrado é *Al-Qanun Fil-Tibb*, ou "O Cânone da Medicina", foi um dos maiores nomes da história universal da medicina. Na visão tradicional, embora ainda largamente vigente, "os árabes não tiveram uma arte, uma ciência, uma filosofia próprias, assimilaram tudo dos gregos, dos egípcios, dos bizantinos, embora soubessem fundir e re-elaborar o todo na sua própria língua",^{7[7]} o que significa, obviamente, que tiveram sim uma cultura histórica independente e original.

Ibn Khaldun, o "historiador" árabe do século XIV, que escreveu livros *de* história e *sobre* a história, é hoje considerado como o primeiro "historiador universal" (isto é, do "universo" então acessível, o universo mediterrâneo da expansão do islamismo), o primeiro a submeter a história dos povos ao crivo da análise dos seus fundamentos socio-econômicos, numa obra que mantém a tensão entre a razão analítica e a visão profética, o que não lhe impediu pesquisar os fundamentos pré-islâmicos da civilização árabe. Sua re-descoberta, devida em grande parte ao esforço do geógrafo francês Yves Lacoste, deixou claro que antecipou linhas de análise e pensamento às quais o "Ocidente" só chegaria vários séculos depois.^{8[8]}

Foi após a morte do profeta, em 632, que a Arábia foi unificada. A partir desta união, foi iniciada a expansão do império árabe. Os seguidores do Alcorão acreditavam que deveriam expandir o islamismo através da Guerra Santa. Firmes nesta crença, eles expandiram sua religião ao Iêmen, Pérsia, Síria, Omã, Egito e Palestina. Em 711, dominaram grande parte da península ibérica, espalhando sua cultura pela região da Espanha e Portugal. Em 732, foram vencidos pelos francos, que barraram a expansão deste povo pelo norte da Europa. Aos poucos, novas dinastias foram surgindo e o império foi perdendo grande parte de seu poder e força. Durante o período de conquistas, ampliaram seu conhecimento através da absorção das culturas de outros povos.

Foram os árabes que espalharam pela Europa grandes nomes como o de Aristóteles e também outros nomes da antiguidade grega. Os árabes instituíram um sistema de comércio único, que funciona como ligação entre o Ocidente e o Oriente. Surgem assim grandes centros comerciais,

defendendo que a visão do Oriente tem sido uma construção intelectual, literária e política do Ocidente, como meio de este último ganhar autoridade e poder sobre o primeiro. Através da desconstrução de discursos, pensamentos e imagens produzidos ao longo dos últimos séculos, com incidência especial sobre a literatura europeia do século XIX, Said tentou provar que o Ocidente construiu a sua própria identidade por oposição à do Oriente. Ao longo desse processo "identitário", foi consolidada a ideia de que a diferença entre o Ocidente e o Oriente é a racionalidade, o desenvolvimento e a superioridade do primeiro. Ao segundo são-lhe atribuídas características como aberrante, subdesenvolvido e inferior. Todo esse sistema de representações do Oriente permitiu, segundo Said, com o peso real de uma autêntica estrutura sociopolítica, e legitimou a construção dos grandes impérios coloniais europeus.

^{7[7]} Ferdinando Schettino. *La Grande Diaspora*. Roma, manuscrito, 2006.

^{8[8]} Claude Horrut. *Ibn Khaldun, un Islam des "Lumières"?* Bruxelas, Complexe, 2006.

como Bagdá, Cairo e Damasco. Essas cidades passaram a ser também pólos de grande progresso cultural, com a fusão da cultura do mundo oriental e da do mediterrâneo. O Iraque foi a sede do Califado Abássida, representando o apogeu da civilização árabe.

A primeira grande conquista árabe-islâmica, que começou no século VII, rompeu de uma vez por todas a unidade do mediterrâneo na antiguidade, destruiu a síntese cristã-romana e propiciou o surgimento de uma nova civilização dominada por potências setentrionais (a Alemanha e a França carolíngia), cuja missão, segundo Henri Pirenne, teria consistido em retomar a defesa do "Ocidente" contra seus inimigos histórico-culturais.

Para Edward Said, "o que Pirenne deixou, infelizmente, de dizer é que a criação dessa nova linha de defesa do Ocidente aproveitou inúmeros elementos do humanismo, da ciência, filosofia, sociologia e historiografia do islã, que já se haviam interposto entre o mundo de Carlo Magno e a antiguidade clássica. O Islã está dentro do Ocidente desde o início, como foi obrigado a admitir o próprio Dante, grande inimigo de Maomé, quando situou o Profeta no próprio coração de seu Inferno".

Segundo o marxista indiano M. N. Roy, "o Islã foi um produto necessário da história, instrumento do progresso humano. Surgiu como a ideologia de uma relação social nova que revolucionou a mente de homem. Mas da mesma maneira em que tinha subvertido e substituído culturas mais velhas e deterioradas, no curso de tempo, o Islã, por sua vez, foi ultrapassado também por desenvolvimentos sociais novos, e por conseguinte teve que repassar sua liderança espiritual para outras ideologias, produto de condições mais novas. Mas contribuiu para a criação de instrumentos ideológicos novos, que provocaram a revolução social subsequente. Esses instrumentos eram a ciência experimental e a filosofia racionalista. Se deve creditar à cultura islâmica por ter sido instrumental na promoção da ideologia de uma nova revolução social...

"O modo capitalista de produção salvou a Europa do caos do barbarismo medieval. Lutou, e no final das contas derrotou, a teologia cristã e o monopólio espiritual da Igreja Católica com a arma potente de sua filosofia racionalista. Esta arma, inventada pelos antigos sábios da Grécia, veio à posse dos fundadores de civilização moderna através dos estudiosos árabes, que não só tinham preservado o precioso patrimônio, mas também o acrescentaram. A batalha histórica, começada pelos nômades do deserto árabe, debaixo da bandeira religiosa do Islã, foi lutada passo a passo através de mil anos espalhados nos três continentes, para ser ganha finalmente na Europa baixo o padrão profano do Iluminismo no século XVIII e da revolução burguesa".9[9]

Segundo a versão corrente e geralmente aceita, a existência de religiões mundiais (ou "de vocação universal") impediu que a unificação econômica do mundo, realizada pelo capital (europeu), se realizasse também como unificação religiosa (cristã). O cristianismo tinha se tornado a religião estatal do Império Romano, e nos sucessivos 500-700 anos procurou uma política de conversão geral, principalmente ao longo do continente de Europa.

"Depois, a construção do sistema-mundo moderno envolveu uma expansão de Europa, que era simultaneamente militar, política, econômica e religiosa. Dentro deste contexto, missionários cristãos atravessaram o globo, mas eram notoriamente mais bem sucedidos em partes do mundo que não foram dominadas através das denominadas religiões mundiais. O número de convertidos em países largamente islâmicos, budistas, hindus e zonas confuciano-taoístas, eram relativamente poucos, e particularmente poucos em zonas islâmicas....

9[9] M. N. Roy. Historical role of Islam: an essay on Islamic culture. In: *Marxists Internet Archive* (2006).

“O Islã apareceu na mesma área uns seis séculos depois do cristianismo. Também era uma religião proselitista, e se esparramou muito rapidamente ao longo do Oriente Médio, África do norte e a península ibérica. No século XVI, foi empurrado fora de Ibéria, mas simultaneamente penetrou o que nós chamamos agora os Bálcãs. Enquanto isso, estendera sua zona geográfica para o leste, para a Ásia do sudeste, e para o sul no continente africano. No século XX, continuou o seu processo de expansão e eventualmente, por migração e conversão, alcançou o Hemisfério Ocidental e a Europa ocidental”.¹⁰[10]

O problema é o de distinguir e definir o que seja uma “religião mundial” – as expansões árabe, mongol, “européia” (estas foram diversas, sob diversas coberturas ou “inspirações” religiosas) tiveram, nem sempre, uma inspiração (ideologia) religiosa, mas causas bem mais terrenas, sociais e econômicas em primeiro lugar. Como seja, o cristianismo ficou como um fenômeno basicamente europeu e, com peculiaridades (sinistras, como o genocídio e destruição dos povos e culturas locais), americano.

Depois do século XV, em especial depois da queda de Granada, e o conseqüente fim da Guerra de Reconquista, em 1492; e da tomada de Constantinopla, em 1453, o estudo dos povos islâmicos decaiu um pouco e só foi referido ao Império Otomano (Turquia), que passou a levar praticamente sozinho, até a I Guerra Mundial, a bandeira do Islã frente ao Ocidente. A unificação do mundo foi econômica (universalização do capital), não foi (nem poderia ter sido) religiosa, cristã ou qualquer outra.

Na etapa que precedeu a expansão mercantilista da Europa, e a unificação comercial do planeta, Janet L. Abu-Lughod, no seu livro “Antes da Hegemonia Européia” (*Before European Hegemony*, de 1989), reconheceu, no período de 1250-1350, e excluindo as Américas, oito circuitos econômicos articulados e centrados em áreas extra-européias, nos quais o comércio e a divisão do trabalho configuravam um sistema econômico global desenvolvido. Crítica do eurocentrismo mais ou menos acentuado de Wallerstein e Braudel, Abu-Lughod não nega, no entanto, a posterior ascensão “européia” da economia mundial. Dos oito circuitos, seis estavam localizados em áreas dominadas pela “expansão islâmica”.

Os oito circuitos do “sistema mundial” fragmentado do século XIII

Do ponto de vista religioso, embora todos os muçulmanos estejam sob a inspiração de Maomé e do Alcorão, podem ser identificados muitos grupos e movimentos dentro do Islamismo. A divisão mais óbvia é a que existe entre o Islamismo sunita e o xiita. O sunitas (que compõem 90% dos muçulmanos) adotam esse nome do fato de admitirem tanto no Alcorão como na *sunna* a determinação do comportamento muçulmano correto. A “sunna” é o comportamento, ou exemplo, de Maomé e da comunidade muçulmana primitiva. A compilação das sunnas (tradições) árabes, no Alcorão, por Maomé, serviu para dar aos povos árabes um caráter unitário e, dessa forma, por fim às dissensões internas.

Depois da morte de Maomé, as Sunnas do Alcorão (referidas nele próprio como Sunnas de Allah), passaram cada vez mais a ser conhecidas como Sunnas de Maomé, ou Sunna de Maomé. No entanto, esse conjunto de tradições se mostrou incompleto com o passar do tempo e, sobretudo, à medida que os árabes se expandiam e assim, entravam em contato com povos não árabes.

¹⁰[10] Immanuel Wallerstein. *Islam, the West, and the World*. Lecture in series, "Islam and World System," Oxford Centre for Islamic Studies, outubro de 1998.

Justamente devido a essas lacunas do Alcorão, criou-se no mundo islâmico a tradição dos *Hadith*, ou seja, homens que ditavam a maneira mais adequada de se agir frente às situações sobre as quais o Alcorão nada mencionava. Esses homens estudavam o Alcorão a fundo e, baseados nesses estudos e nas tradições orais passadas ao longo do tempo, davam seu parecer sobre como agir. Os sunitas desenvolveram um código legal, a *Shariah*, que deriva do Corão, da tradição islâmica e do consenso entre suas comunidades. Os sunitas procuram recriar e fortalecer estruturas comunitárias, enquanto que os xiitas apoiam-se em leituras mais estritas (ou esotéricas) do Corão.

Os xiitas acreditam que todas as revelações divinas foram recebidas por Maomé, e estão contidas no Corão, o livro sagrado.¹¹[11] Por este motivo, lideranças religiosas altamente preparadas, os *imãs*, são necessárias para interpretar com rigor o Corão. Os xiitas (que formam 10% de todos os muçulmanos, residindo principalmente no Iraque e no Irã) estão "a favor de Alí", o genro e primo de Maomé e um dos primeiros califas ou sucessores, como líder da comunidade muçulmana. Os xiitas acreditam que o líder do Islamismo deveria estar entre os descendentes de Alí, e estaria "escondido" em outro domínio da existência. Um terceiro grupo que deveria ser mencionado é o dos sufis, que procuram uma experiência mística com Deus, antes de simplesmente um conhecimento intelectual dele.

Outro ramo influente do islamismo é o movimento *wahhabita* na Arábia Saudita. Os Wahhabitas, que surgiram no século XVIII, liderados por Muhammad ibn Abd al-Wahhab, também acreditam que seria necessário viver de acordo com os ditames estritos do Islã, que eles interpretavam como a vida de acordo com os ensinamentos do profeta Maomé e os seus seguidores durante o século VII, em Medina. Consequentemente, eles opunham-se a muitas inovações desenvolvidas desde esse tempo, incluindo o minarete, sepulturas, e mais tarde televisões e rádios. Os wahhabitas também consideraram que os muçulmanos que violam as suas interpretações estritas são heréticos, e fizeram uso da violência contra outros muçulmanos. Quando o rei Abdul Aziz al-Saud fundou a Arábia Saudita, ele trouxe consigo os wahhabitas para o poder.¹²[12] Com o crescer da proeminência Saudita, o wahhabismo espalhou-se, em especial após o choque do petróleo de 1973, e o conseqüente acréscimo da riqueza financeira da Arábia Saudita.

O Islã Político

¹¹[11] O xiísmo surgiu tempranamente na história do Islã, produto da disputa pela sucessão do califado depois da morte do profeta Maomé, no ano 632. O que estava em jogo era em que clã recairia a liderança do poderoso império islâmico que já dominava a chamada "medialuna fértil", e que se alongaria para o norte de África e a península ibérica. Para os sunnitas o sucessor deveria surgir da comunidade dos crentes, ao contrário dos xiitas, que buscaram seguir a linha de sucessão na família do Profeta. Contra a opinião de Alí, genro de Maomé, o califado recaiu no clã Umayya, que representava à aristocracia tribal de Meca. Depois de tolerar durante alguns anos esta situação, Alí e os seus seguidores se rebelaram e assassinaram o terceiro califa no ano 656, o que deu lugar à primeira guerra civil islâmica.

¹²[12] A monarquia saudita surgiu no século XVIII com o reformador religioso Abd o-Wahhab na parte central do deserto de Nejd, com o apoio dos As-Saud. Esta aliança, que combinava as guerras predatórias dos beduínos com o puritanismo religioso, acabou dominando a maioria da península árabe. Com a união de Nejd e Hejaz no oeste da península finalmente, em 1932, foi estabelecido o Reino de Arábia Saudita, oficialmente. Isto aconteceu exatamente um ano antes do primeiro acordo de exploração do petróleo estabelecido com a *Standard Oil* de Califórnia, que começou a extrair petróleo dois anos depois. Deste modo, o Reino ficou economicamente poderoso, enquanto também se estabeleceu em 1942 o primeiro acordo que permitiu estabelecer bases aéreas dos EUA e Grã Bretanha em seu território. Este acordo mostrou que para os governantes sauditas seus próprios interesses de domínio eram mais importantes que a solidariedade islâmica ou árabe. Isso não impediu que as formas religiosas mais reacionárias do Islã fossem implantadas no reino, ao mesmo tempo em que a maioria dos príncipes corruptos sauditas desfruta na Europa dos prazeres proibidos pelo Islã.

É considerado que haja, no total, mil quatrocentos milhões de muçulmanos, que fazem na atualidade de Islã a segunda religião do mundo, em relação ao número de “crentes”. A maioria dos muçulmanos não é árabe (só 20% dos muçulmanos são nativos de países árabes). A maior população muçulmana do mundo encontra-se na Indonésia.

A gênese do islamismo como movimento religioso-político está relacionada com a queda do Império Otomano e a abolição do califado por Kemal Atatürk, líder da revolução dos “jovens turcos”. Na década de 1920, Hassan Al Bana criou a Irmandade Muçulmana, com o objetivo de aglutinar o mundo muçulmano numa comunidade muçulmana transnacional (*umma*). É necessário levar em conta a distinção entre o conceito de "islamismo político" e o de "fundamentalismo", o primeiro composto pelos movimentos e partidos que têm o Islã como base de uma ideologia política, enquanto o "fundamentalismo" é um movimento teológico que surgiu no Egito no começo de século XX, dirigido para uma volta aos fundamentos do Islã, nos seus textos sagrados.

O termo “fundamentalismo”, originado no cristianismo protestante, presta-se à confusão. A origem do fundamentalismo se encontra no protestantismo americano, em meados do século XIX e formalizado numa coleção de livros, *Fundamentals: a Testimony of the Truth* (1909-1915). Era uma tendência de fiéis, pregadores e teólogos que tomavam as palavras da Bíblia ao pé da letra. Se Deus consignou sua revelação no Livro Sagrado, então cada palavra e cada sentença deveriam ser verdadeiras e imutáveis. Opunham-se às interpretações da chamada teologia “liberal”. Esta usava os métodos histórico-críticos e hermenêuticos para interpretar os textos escritos há milênios.

Esse procedimento, para os fundamentalistas, era ofensivo a Deus. Por isso também se opõem aos conhecimentos contemporâneos da história, das ciências, da geografia, e especialmente da biologia (Darwin) que possam questionar a “verdade bíblica”.

Segundo Abdullah bin Ali al-‘Ulayyan, jornalista em Omã, no seu artigo *Fundamentalismo*, “apesar das diferenças mínimas no significado do termo "fundamentalismo", no Ocidente e no Islã, o pensamento ocidental permanece prisioneiro de sua experiência histórica e de seu longo conflito com o fundamentalismo cristão”. É esta visão “paroquial” que o Ocidente estaria tentando, agora, aplicar ao Islã. Isto não teria base na realidade, porque o "fundamentalismo", de acordo com o Islã, seria o exato oposto ao existente no Ocidente. Muitos pensadores ocidentais são conscientes disso, mas escolheram ignorar o fato por muitas razões, inclusive por causa da profunda hostilidade ao Islã e da sua imagem distorcida, promovida por orientalistas de várias gerações e, mais recentemente, em razão das alegações de que, com a queda do comunismo, o Islã emergiu como “o novo inimigo”. Os escritos de Samuel Huntington são típicos desta tendência. Consequentemente, “o Ocidente tem muito da responsabilidade por fortalecer o entendimento do "fundamentalismo islâmico", como nos mesmos moldes do fundamentalismo cristão do século XVIII”.

O conceito de “fundamentalismo islâmico” designa hoje a aspiração da instauração de um estado islâmico, a introdução da *sharia*, do direito islâmico e do seguimento das normas de Maomé e dos primeiros quatro Califas Sunitas, sem no entanto renunciar aos benefícios da técnica moderna. Inicialmente, o termo ocidental "fundamentalismo" foi rejeitado mas hoje admitido (árabe *تأسيساً على* *al-usûlîya al-islâmîya*, de *لوصاً* *usûl* "raízes", "fundamento"). Na verdade, o termo "fundamentalista" (*usuli*) existe no Islão desde há séculos: a palavra designa, no sentido tradicional, apenas os acadêmicos da *ilm al-usul*, a ciência que se dedica ao estudo do *fiqh* (direito islâmico).

Alguns clérigos do Islã, radicalizados durante a luta antiimperialista no subcontinente índio, fizeram nos anos 20 uma interpretação esquerdista de Islã. O impacto da revolução bolchevique era enorme, até mesmo no subcontinente índio. Durante os primeiros anos da revolução, Maulana Obaid-ou-llah

Sindhi viajou para a União Soviética para entrevistar Lenin. Em 1924, Maulana Hasrat Mohane, outro *mullah*, acabou sendo o secretário geral de Partido Comunista da Índia.

O poeta islâmico-nacionalista Iqbal escreveu longos poemas que elogiam Lenin e os bolcheviques. Em um dos versos disse que Marx era um profeta que teve um livro, mas não caráter profético. Qualquer interpretação “islâmica” da economia e as políticas modernas está incompleta por causa da natureza real das relações econômicas e políticas da sociedade. O direito à propriedade privada e ao benefício (lucro) é aceito nos dogmas básicos do Alcorão. Paradoxalmente, ele também chama à igualdade e a fraternidade: nas atuais relações econômicas esta contradição é insolúvel.

O islamismo político, incluído o chamado “fundamentalismo”, foi uma presença constante, com maior ou menor força, na luta política das nações árabes e orientais, durante o século XX. Já foi apontado que, a pesar de basear-se no passado e nos símbolos tradicionais, o idioma e as políticas dos fundamentalismos podem ser considerados uma forma de ideologia contemporânea, que usa os tópicos tradicionais ou clássicos com fins contemporâneos, com formas emprestadas das ideologias modernas “seculares”.

As funções gerais dessas ideologias seriam as de estabelecer uma *identidade*, o que “nós”, o povo ou a comunidade, são, e igualmente o que “nós” não somos; a proposta de uma história “legítima”, inclusive os atos heróicos, as traições e as opressões; uma moralidade de luta e de sacrifício, um programa de mobilização e conquista do poder e, na fase final, o estabelecimento de um modelo de construção de uma sociedade nova, dentro de qual há um conjunto de princípios para legitimar a negação do poder para os que buscarem desafiar a ordem nova.¹³[13]

Durante os anos 1940-1950, a Irmandade Muçulmana teve uma influência declinante na luta pela libertação da Palestina. Com o desenrolar dos acontecimentos e o desenvolvimento do nacionalismo árabe, ela sofreu proibições, como em 1954, quando o presidente egípcio Gamel Abdel Nasser (quem em sua juventude tinha militado na Irmandade) a proibiu, demonstrando um conflito claro de interesses entre os nacionalistas árabes e os “fundamentalistas”. O pan-arabismo foi um movimento político envolvendo várias nações árabes, inspirado por Nasser, presidente do Egito, que derrubou a monarquia egípcia no bojo de um movimento nacionalista.

Os antecedentes do nacionalismo pan-arábico, no entanto, devem ser buscados na política de stalinistas e nacionalistas árabes durante a II Guerra Mundial. Enquanto os comunistas árabes e judeus faziam campanha pelo alistamento no exército colonial britânico, assim como os sionistas, os nacionalistas árabes se alistavam na Legião Árabe. Os sionistas de esquerda juntaram-se ao Partido Comunista Palestino para organizar um Comitê Palestino de auxílio à URSS, já alinhada com os “aliados”, incluída a Inglaterra, opressora histórica dos povos árabes do Oriente Médio. Todas as forças políticas da Palestina se uniram em apoio ao Império britânico, exceto os seguidores do *Mufti* pró-nazista. As massas árabes, fosse na Palestina, Egito ou Iraque, não apoiavam a potência britânica nem mesmo contra os regimes nazi-fascistas do Eixo. No Cairo, não obstante o ingresso dos principais intelectuais comunistas (muitos dos quais eram judeus) na “União Democrática” criada em 1939 para formar uma “aliança anti-fascista”, milhares de trabalhadores e pobres tomaram as ruas dando vivas ao exército alemão.

Os nacionalistas do exército egípcio, o cerne do futuro grupo de oficiais, liderado por Nasser, que se sublevou contra o Rei Farouk e o derrubou em 1952, procuravam estabelecer contatos com o regime pró-nazista de Rashid Ali no Iraque, e o próprio governo egípcio declarou guerra à Alemanha e

¹³[13] Fred Halliday. El fundamentalismo en el mundo contemporáneo. *Webislam* n° 114 , 9 de fevereiro de 2001.

Itália apenas em fevereiro de 1945. Na situação explosiva havia espaço para uma campanha contra ambos os blocos imperialistas. Mas (quase toda) a esquerda se alinhou com os opressores imperialistas, deixando os nacionalistas-militares donos do campo político da luta antiimperialista. Mais de uma geração teve que passar para que se experimentassem as limitações do nacionalismo laico árabe, ao preço de derrotas banhadas em sangue.

O pan-arabismo se projetou internacionalmente, fazendo parte de um movimento maior, o dos países não alinhados, organizado na Conferência de Bandung, procurava uma “via alternativa” entre o capitalismo e o comunismo, na procura de uma identidade árabe, na perseguição de um objetivo maior que seria o Estado Árabe único, que integraria povos possuidores da mesma tradição, cultura e língua. Não era um movimento islâmico mas sim leigo e independente da religião. A maior realização do pan-arabismo, a RAU (República Árabe Unida, fusão do Egito e da Síria, na década de 1950) “capotou” em tempo relativamente breve.

Enquanto isso, uma discussão interna aconteceu no movimento da Irmandade Muçulmana, que levou à conformação de duas linhas, uma delas “neo-tradicionalista”, cuja via de ação política era a “não violência” e a “islamização das bases da sociedade”, e outra “radical”, que reivindicou uma “islamização” a partir da conquista do poder. Em 1958-1959, a linha “radical” se uniu, na Palestina, ao movimento Al-Fatah (laico), encabeçado por Yasser Arafat.

Petróleo e Finanças

O aguçamento das contradições políticas no Oriente Médio acompanhou a disputa crescente pelo controle da produção e distribuição do petróleo. A articulação dos principais países produtores de petróleo deu-se inicialmente por objetivo o de evitar o aviltamento eterno dos preços do combustível. A 14 de setembro de 1960 os cinco principais produtores de petróleo (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela) fundaram, em Bagdá, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A criação da OPEP foi um movimento reivindicativo em reação a uma política de achatamento de preços praticada pelo cartel das grandes empresas petrolíferas ocidentais, as chamadas «sete irmãs» (Standard Oil, Royal Dutch Shell, Mobil, Gulf, BP e Standard Oil da Califórnia).

Em janeiro de 1961, a carta da OPEP, adotada na conferência de Caracas, definiu os três objetivos da organização: aumentar a receita dos países-membros, a fim de promover o desenvolvimento; assegurar um aumento gradativo do controle sobre a produção de petróleo, ocupando o espaço das multinacionais, e unificar as políticas de produção. A OPEP aumentou os *royalties* pagos pelas transnacionais, alterando a base de cálculo, e as onerou com um imposto. Em janeiro de 1968, após a Guerra dos Seis Dias (junho de 1967), num contexto de déficit de oferta, a OPEP conseguiu um acordo com as companhias ocidentais, eliminando o desconto sobre o preço de venda. No fim da década, o barril já valia US\$ 1,80.

Em 1971-1972, a OPEP, que já detinha na época dois terços das exportações mundiais de óleo bruto, iniciou o processo de nacionalizações. Finalmente, em outubro de 1973, aconteceu a primeira “crise de petróleo”. Durante a guerra do Yom Kipur, a OPEP aumentou o preço do óleo de 70% a 100%. Os produtores árabes declararam um embargo aos países considerados pró-Israel (Estados Unidos e Holanda). O preço do óleo aumentou 400% em cinco meses (até março de 1974), com um novo aumento de 100% na conferência de Teerã em 23 de dezembro. Evidenciando a nova força política dos países petrolíferos, em março de 1975 aconteceu o primeiro encontro dos chefes de Estado dos países-membros da OPEP, em Argel.

Aponta Lal Khah, do jornal marxista paquistaní *The Struggle*, no texto *El resurgimiento del fundamentalismo: causas y perspectivas* (1994), que o moderno fundamentalismo islâmico foi obra do Secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles. Imediatamente depois da derrota dos ingleses e franceses no conflito do Canal de Suez em 1956, o imperialismo yanque estava alarmado. A ascensão ao poder de Nasser no Egito, e de outros líderes “populistas de esquerda”, no Médio Oriente e em outros países “islâmicos”, representava uma ameaça direta aos interesses imperialistas em relação ao petróleo.

Durante quase três ou quatro décadas, os EUA alimentaram, patrocinaram ou fomentaram o fundamentalismo islâmico. Na maioria dos países, “embora com exceções, como os xiitas no Irã”, as organizações fundamentalistas serviram como forças de choque de ditaduras e outros regimes repressivos patrocinados pelos norte-americanos. Os militantes de *Sarakat-para-Islã*, por exemplo, jogaram o papel de informantes e agentes do estado nas execuções brutais de cerca de um milhão de comunistas às mãos da ditadura de Sukharno na Indonésia, em 1965.¹⁴[14]

Em Egito, na Síria, e em outros países islâmicos, organizações fundamentalistas, como *Akhwan-ul-Muslimeen*, foram usadas para desestabilizar regimes “esquerdistas”, até finalmente, em Afeganistão, fazer o papel mais sujo. No Afeganistão, os talibãs chegaram ao poder em 1996, e tinham sido os EUA, pela mão do Paquistão e com o apoio da Arábia Saudita, os que deram o sinal verde para que a seita inaugurasse seu reinado de terror. Desde 1980, financiaram as escolas de treinamento instaladas nos territórios tribais da fronteira do Noroeste. Ali se formaram sucessivas gerações, primeiro a serviço das chamadas Organizações Sunitas de Peshawar, e depois dos talibã. Os homens saídos da academia do terror, ideada e montada sob a supervisão da CIA, ficaram internacionalmente conhecidos como «os afegãos», embora alguns deles fossem árabes. E foi no modelo saudita e kuwaitiano de tratamento da população feminina que o Talebã inspirou-se para tratar, bestialmente, as mulheres afegãs.

No Paquistão, o grupo fundamentalista *Jamaat-para-Islami* era a ferramenta principal do imperialismo e do Estado para reprimir forças de esquerda. Durante o regime de lei marcial do general Zia-ul-Haq fizeram o trabalho sujo do procurar os ativistas que lutavam contra a ditadura. Organizaram grupos neofascistas financiados pelo estado para destruir e quebrar manifestações, assembleias e concentrações contra Zia. No período posterior à II Guerra Mundial tiveram um papel semelhante na maioria dos países “islâmicos”, com regimes apoiados pelos EUA. Os paladinos da “cruzada anti-islâmica” corrente, o governo dos EUA, tem impelido o “fundamentalismo religioso” contra o socialismo e o nacionalismo antiimperialista. Nos anos 1980, financiaram os grupos de *Al-Qaeda* contra a URSS, no Afeganistão, os quais foram chamados de “combatentes da liberdade”. E, nos EUA, Bush é apoiado pelos votos de milhões fundamentalistas cristãos de direita, que o ajudaram a manter seu posto de presidente em novembro de 2004, mantendo uma maioria republicana no Congresso.

A Jihad Afegã

A revivificação de Islã como movimento político deu-se, contemporaneamente, em dois eventos marcantes: a revolução iraniana de 1979, e a resistência afegã contra a invasão das tropas soviéticas, no mesmo ano. Neste segundo evento, para se contrapor à “expansão da URSS”, os EUA contaram com o apoio da República Islâmica de Paquistão e de Arábia Saudita, países de população

¹⁴[14] Lal Khah. El resurgimiento del fundamentalismo: causas y perspectivas. In: www.engels.org/marxismo/marxis1/marx5.htm

maiormente sunita, cujas elites não só queriam expulsar o "invasor vermelho e ateu", mas também contrabalançar o poder e a influência que estava tendo a revolução iraniana, a partir de 1978.

Na década de 1970, no Afeganistão, o general Daud Kahn organizara um golpe de Estado contra a monarquia, e proclamara a República. Durante décadas os EUA e o Xá de Irã tentaram pressionar e subornar o Afeganistão para limitar a influência russa no país. Durante o regime de Daoud, o Irã do Xá Reza Pahlevi, encorajado pelos Estados Unidos, buscou substituir a União Soviética como o credor maior de Cabul, com um empréstimo de US\$ 2 bilhões "de ajuda econômica", pressionando o Afeganistão para se juntar à Cooperação Regional pelo Desenvolvimento, constituída pelo Irã, o Paquistão e a Turquia.

Essa organização era atacada pela União Soviética como sendo uma filial do CENTO, o pacto de "segurança regional" criado em 1950, que fazia parte da política de EUA de "contenção" da União Soviética. Ao mesmo tempo, a infame polícia de secreta de Irã, a SAVAK (conhecida mundialmente pelos seus métodos selvagens de tortura), denunciava os "simpatizantes comunistas" suspeitos no governo e exército afegão. Em setembro de 1975, pressionado pelo Irã, que estava condicionando sua ajuda no uso de tais políticas, Daoud demitiu 40 oficiais militares treinados na URSS, e iniciou acordos de treinamento militar com a Índia e o Egito.

Daud fez uma política de aproximação aos países muçulmanos, principalmente à Arábia Saudita, o que levaria ao fim do seu governo, a 27 de abril de 1978, com a ascensão ao poder do Partido Democrático e Popular no que ficaria conhecido como a "Revolução do Saur". Dois meses depois do golpe de abril de 1978, uma aliança formada por várias facções islâmicas conservadoras estava já empreendendo uma guerra de guerrilha contra o governo. Antes de 1979, a luta já estava acontecendo em muitas frentes, e o Departamento de Estado dos EUA advertira à União Soviética que seus conselheiros no Afeganistão não deveriam interferir em nenhum aspecto militar.

A advertência foi feita através do porta-voz Hodding Carter: "Nós esperamos que o princípio de não-intervenção seja respeitado por todas as nações da área, inclusive a União Soviética". Enquanto isso os soviéticos estavam acusando a CIA de armar exilados afegãos no Paquistão; o governo de Afeganistão acusava o Paquistão e o Irã de também ajudar as guerrilhas "islâmicas", e até mesmo de ajudá-las a cruzar as fronteiras para invadir o país. Em maio de 1979, observou o cientista político britânico Fred Halliday, que tinham acontecido provavelmente mais mudanças na zona rural do país durante o último ano, que nos dois séculos desde que o estado afegão fora estabelecido. Dívidas de camponeses para com os proprietários tinham sido canceladas, o sistema de usura (pelo qual os camponeses que foram forçados a pedir emprestado dinheiro contra colheitas futuras eram extorquidos com dívidas perpétuas pelos prestamistas) foi abolido, e estavam sendo construídas centenas de escolas e clínicas médicas na zona rural. Halliday também informou que um programa de redistribuição de terra significativo estava a caminho, com 200.000 famílias rurais prontas para receber terra devido à essa reforma.

O país foi finalmente invadido e ocupado pela União Soviética em 27 de dezembro de 1979, quando Hafizullah Amin (do PDP, presidente do país) foi morto num ataque russo ao pátio do governo, sendo substituído por Brabak Karmal. Nos anos seguintes, as forças governamentais e 118 mil soldados russos tomaram o controle das principais cidades e vias de comunicação. A administração de Jimmy Carter reagiu contra a "invasão soviética", e logo lançou uma campanha de boicote, incluindo a suspensão de vendas de grão para o União Soviética (os militares genocidas argentinos se apressaram em ocupar o lugar dos exportadores ianques) e o não comparecimento dos EUA (e aliados) aos Jogos Olímpicos em Moscou, em 1980.

Uma tática favorita dos “lutadores da liberdade” afegãos (assim chamava o governo dos EUA aos futuros “terroristas islâmicos”) era torturar as vítimas (freqüentemente os russos) cortando os seus narizes, as orelhas e os órgãos genitais, e depois removendo uma fatia de pele depois de outra, produzindo uma morte lenta, muito dolorosa. Os *mujahidin* também mataram um turista canadense e seis alemães ocidentais, incluindo duas crianças; um oficial do exército dos EUA foi arrastado por um carro; tudo devido à aparente inabilidade dos rebeldes para distinguir os russos de outros europeus.

Os russos foram forçados a retirar-se dez anos mais tarde (a 5 de fevereiro de 1989) devido a um exército desmoralizado e falta de sustentação logística, devidas à própria crise da burocracia da URSS. As forças rebeldes anti-comunistas dos *mujahidin* foram supridas e treinadas pelos EUA, Arábia Saudita, Paquistão, China e outros países da região. Durante esse período, os EUA financiaram, armaram e treinaram grupos guerrilheiros islâmicos anti-soviéticos (de onde saíram grupos como o Talebã) ou grupos terroristas (como a *Maktab al Khidmat*, que se tornaria a rede Al Qaeda), mergulhando o Afeganistão numa guerra civil que devastou o país. Através de uma poderosa estrutura organizada pela CIA (numa operação secreta dirigida pelo seu titular, William Casey, e por Zbigniew Brzezinski), grupos como a rede Al Qaeda recrutaram em mais de 30 países, cresceram e enriqueceram pelo apoio norte-americano dado até 1990. Neste ano, provavelmente, o grupo se voltou contra seu criador, por ser contra a ocupação militar da Arábia Saudita pelos estadunidenses iniciada em 1990 e 1991 para a Guerra do Golfo, e permanecendo no país até hoje.

Lutas subseqüentes entre as várias facções permitiram que o Talibã pudesse se chegar ao poder. Em 1992, quando a aliança de movimentos guerrilheiros derrubou o regime pró-russo de Mohammad Najibullah, as negociações para a formação de um governo de coalizão degeneraram em confrontos. Uma razão para a demorada vitória dos *mujahidin* foi que eles estavam terrivelmente divididos pelas divisões étnicas e tribais velhas de séculos, como também pelo relativamente recente conflito do fundamentalismo islâmico com o mais tradicional, e ortodoxo, Islã.

As diferenças conduziram freqüentemente à violência. Em um incidente, em 1989, sete chefes dos *mujahidin* e mais 20 de outros grupos rebeldes foram assassinados por um grupo de guerrilha rival. Em abril de 1990, catorze meses depois da retirada soviética, o *Los Angeles Times* descreveu o estado dos rebeldes: eles tinham, nas semanas recentes, morto mais gente deles do que o inimigo. Houve relatórios de amplas matanças políticas nos acampamentos de refugiados. Em 1996, o Talibã (milícia sunita de etnia *pashtu*, a mais numerosa do país) finalmente assumiu o poder, e implantou um regime “fundamentalista islâmico”. Cerca de 1 milhão de pessoas morreram na guerra. Outros 2,5 milhões viraram refugiados em países vizinhos.

O Irã dos ayatollahs ameaçou deslocar tropas em defesa da minoria xiita afegã. O governo indiano acusou o Talibã de apoiar os separatistas muçulmanos na Caxemira. A Federação Russa denunciou o envolvimento do Afeganistão com os separatistas muçulmanos da Chechênia e do Daguestão. Os EUA, que armaram os guerrilheiros islâmicos durante a invasão russa do Afeganistão (1979-1989), passaram a pressionar o Talibã para que extraditasse o milionário saudita Osama Bin Laden, responsabilizado por ataques terroristas a suas embaixadas na África.

Depois dos ataques de 11 de Setembro nas Torres Gêmeas do *World Trade Center* de Nova Iorque, os EUA, “aliados” e o grupo afegão da Aliança do Norte (verdadeiros criminosos de guerra) lançaram uma agressão em ampla escala a 7 de outubro de 2001. Os EUA começaram a bombardear posições militares, caçando e prendendo no Afeganistão e enviando os prisioneiros para a base militar na Baía de Guantánamo em Cuba. Por serem “combatentes ilegais”, os “terroristas” não têm

direito ao tratamento de prisioneiros de guerra, e foram objeto de sistemáticas torturas por parte das “forças da liberdade”.

A Revolução Iraniana

A revolução iraniana, por sua vez, foi apresentada como uma “revolução reacionária”,¹⁵[15] embora derrubasse o principal agente dos EUA para o Oriente Médio e a Ásia Central, o Xá Reza Pahlevi. Em 1978 uma série de protestos, iniciada com um ataque à figura do imã Ruhollah Khomeini na imprensa oficial do país, criou um ciclo ascendente de lutas, até que, em 12 de dezembro, cerca de dois milhões de pessoas inundaram as ruas de Teerã para protestar contra o xá. O exército começou a se desintegrar, à medida em que os soldados se recusaram a atirar nos manifestantes, e passaram a desertar. O xá concordou em introduzir uma constituição mais moderada, porém já era tarde para isso. A maioria da população já era leal a Khomeini, e, quando ele pediu o fim completo da monarquia, o xá foi forçado a abandonar o país, a 16 de janeiro de 1979.

Khomeini retornou da França em 1º de fevereiro, deixou sem efeito o regime imperial e proclamou a República Islâmica do Irã; em agosto se anulam acordos de compras de armas aos EUA, e se interrompeu o fornecimento de petróleo para esse país, e em dezembro se ditou uma nova constituição islâmica (teocrática).

A revolução acabou conduzida, depois de uma feroz luta política interna, pelo ayatolá xiita Khomeini, cuja liderança se consolidou depois de uma série de manobras políticas, de uma repressão sangrenta contra a “ala esquerda” da frente anti-ditatorial (incluindo os grupos que se reivindicavam do “marxismo islâmico”), e da repressão também dos operários petrolíferos que ocuparam as refinarias, procurando imprimir à revolução um selo de independência de classe. O regime confessional iraniano não é só o herdeiro da luta contra o Xá, mas também de um banho de sangue, contra a esquerda e os trabalhadores de vanguarda. Foi preocupada em contrabalançar os efeitos da “revolução islâmica” sobre as populações de suas repúblicas centro-asiáticas (Turcomenistão, Azerbaijão, Tadjiquistão, Usbequistão, Quirguistão e Cazaquistão), sua possibilidade de conquistar uma via de acesso a “mares quentes” (no caso, a proximidade com o Oceano Índico), que a URSS invadiu o Afeganistão em 1979.

Nos primeiros anos da revolução, entre 1979 e 1981, os seguidores de Khomeini mantiveram cativos, como reféns, 52 americanos na embaixada americana de Teerã. Estiveram presos por 444 dias, um evento conhecido como a crise iraniana dos reféns. Khomeini afirmou a 23 de fevereiro de 1980 que o Parlamento Iraniano iria decidir o destino dos reféns da embaixada americana. O presidente Jimmy Carter tentou salvar os reféns, mas a missão de salvamento falhou quando os helicópteros enviados tiveram de enfrentar condições adversas de tempo do deserto em Tabas.

Muitos comentaristas apontam essa “falha” como a principal causa da derrota de Jimmy Carter nas eleições seguintes (1980), ganhas por Ronald Reagan. Documentários televisivos mostraram, de fato, que houve uma negociação secreta entre Ronald Reagan e o Irã para alongar a crise até às eleições. Pouco depois de Reagan ser eleito o problema foi “milagrosamente” resolvido. 23 bilhões de dólares, congelados em bancos norte-americanos, foram devolvidos ao Irã. Os reféns voltaram aos EUA, Reagan marcou pontos na agenda internacional e o Irã recebeu uma compensação em forma de armamento.

¹⁵[15] Mamadou Ly. *Iran 1978-1982. Una rivoluzione reazionaria contro il sistema*. Firenze, Prospettiva, 2003.

A revolução iraniana, e suas consequências, precipitaram, entre 1978 e 1981, a segunda crise de petróleo. A “revolução islâmica” no Irã e a guerra Irã-Iraque provocaram a queda na produção e a disparada dos preços. A política da OPEP tornou-se mais agressiva. Oito altas de preço se sucederam. Em 1980, alguns carregamentos de óleo bruto eram negociados a mais de 40 dólares o barril. Em março de 1982, a OPEP decidiu em Viena fixar cotas de produção, limitando o total a 18 milhões de barris diários, para manter a cotação. Como a Carta da OPEP permitia que essas cotas fossem somente referenciais, somente três países decidiram aplicá-las. A Arábia Saudita reduziu sua produção em dois terços.

Em março de 1983, em razão da queda nas vendas, a OPEP, que sofria a concorrência da política de diversificação de recursos energéticos praticada pelos países ocidentais e pela exploração de reservas fora de seu controle, baixou em 15% o preço de referência para o petróleo. Finalmente, em 1986, sob pressão de partidários da limitação de produção, uma conferência extraordinária da OPEP reuniu-se em Genebra e decidiu manter um teto de 17 milhões de barris diários.

Numa interessante análise da ideologia khomeinista (“xiita”) Fred Halliday desmitificou o seu suposto caráter completamente alheio às ideologias políticas pré-existentes, ou “universais”. A questão material e as preocupações “modernas” também estiveram presentes na própria ideologia do regime “xiita”: “Se examinarmos a terminologia e as políticas enunciadas por Khomeini, tudo começa a ser mais familiar, em particular à luz dos movimentos populistas do terceiro mundo do tempo de pós-guerra. Os conceitos centrais da ideologia de Khomeini, *mustakbarin* e *mustaz'afin*, literalmente o arrogante e o fraco, correspondem à oposição povo / elite que nós achamos em outros populismos”.

O discurso atacando a elite iraniana corrupta, influenciada pelos estrangeiros, decadente, parásita, era recorrente em Khomeini. Os *slogans* principais de Khomeini, a república islâmica, a revolução, a independência, a auto-suficiência econômica, eram os objetivos mais habituais do nacionalismo terceiro-mundista. O termo dele para o “imperialismo”, *istikbar-i jahani*, a arrogância do mundo, era imediatamente reconhecível no mundo inteiro, e também não era uma descrição ruim. A acusação dos oponentes como “liberais” foi, segundo Halliday, “tomada dos comunistas”. Caberia supor que estes empréstimos eram subordinados a uma perspectiva teológica; porém, o que Khomeini disse e o que fez, uma vez que chegou ao poder, deixou patente a primazia da *Realpolitik* na sua política interna e internacional.

Deste modo, embora Khomeini começasse por denunciar o patriotismo e a identidade iraniana, terminou por invocar o Irã e o conceito de pátria quando houve a invasão iraquiana em 1980. Mais interessante ainda é o fato de que nos seus últimos meses da vida enunciou um princípio novo de comportamento político, baseado na primazia do *maslahat*, ou interesse: de acordo com isto, o que devia preocupar eram os interesses do povo e do Estado, não as prescrições formais da religião. Em situações de conflito entre ambos, eram os interesses do Estado os que prevaleceriam: não era possível dar uma enunciação mais clara do princípio implicitamente secular da *raison d'état* [razão de Estado].

O instrumento de organização e execução política de Khomeini foi o Partido da Revolução Islâmica (PRI), organizado só depois da queda do Xã e da tomada do poder, como instrumento de disciplinamento das massas insurgidas. Em dezembro de 1979 foi plebiscitada a nova Constituição, com o boicote ativo dos *mujahidin* e dos *fedayyim* (a ala esquerda da frente-antiditatorial, que logo seria reprimida com violência) e da Frente Nacional (da ala “liberal”). Houve quatro milhões de abstenções no plebiscito (com 99% de votos favoráveis, entre os votos emitidos). Foi concedido direito de representação parlamentar diferenciada aos cristãos, judeus e zoroastrianos (que, juntos,

não atingiam 300 mil pessoas), mas não aos sunnitas, em que pese eles serem... mais de 10 milhões.¹⁶[16]

O imperialismo montou uma vasta intervenção contra a revolução iraniana, com a ajuda do então regime aliado do Iraque, de Saddam Hussein. A guerra Irã-Iraque se estendeu entre 1980 e 1990. Em 1980, Saddam Hussein revogou um acordo de 1975 que cedia ao Irã cerca de 518 quilômetros quadrados de uma área de fronteira ao norte do canal de Shatt-al-Arab em troca de garantias, pelo Irã, de que cessaria a assistência militar à minoria curda no Iraque que lutava por independência. Exigindo a revisão do acordo para demarcação da fronteira ao longo do Shatt-al-Arab (que controla o porto de Bassora), a reapropriação de três ilhas no estreito de Ormuz (tomadas pelo Irã em 1971) e a cessão de autonomia às minorias dentro do Irã, o exército iraquiano, em 22 de setembro de 1980, invadiu a zona ocidental do Irã.

O Iraque também estava interessado na desestabilização do governo islâmico de Teerã e na anexação do Kuzestão, a província iraniana mais rica em petróleo. Ambos os lados foram vítimas de ataques aéreos a cidades e a poços de petróleo. O exército iraquiano engajou-se em uma escaramuça de fronteira numa região disputada, porém não muito importante, efetuando posteriormente um assalto armado dentro da região produtora de petróleo iraniana. A ofensiva iraquiana encontrou forte resistência e o Irã recapturou o território. Em 1981, somente Khorramshahr caíra inteiramente em poder do Iraque.

Em 1982, as forças iraquianas recuaram em todas as frentes. Khorramshahr foi evacuada. A resistência do Irã levou o Iraque a propor um cessar-fogo, recusado pelo Irã (os iranianos exigiram pesadas condições: dentre elas a queda de Hussein). Graças ao contrabando de armas (escândalo Irã-Contras, que abalou o governo de Reagan, nos EUA), o Irã conseguiu recuperar boa parte dos territórios ocupados pelas forças iraquianas.¹⁷[17] Nesse mesmo ano, o Irã atacou o Kuwait e outros estados do Golfo Pérsico. A ONU e alguns Estados Europeus enviaram vários navios de guerra para a zona. Em 1985, aviões iraquianos destruíram uma usina nuclear parcialmente construída em Bushehr e depois bombardearam alvos civis, o que levou os iranianos a bombardear Bassora e Bagdá.

O esforço de guerra do Iraque era financiado pela Arábia Saudita, pelos EUA e pela União Soviética, enquanto o Irã contava com a ajuda da Síria e da Líbia. Em meados da década de 1980, o Iraque foi acusado de ter utilizado armas químicas contra as tropas iranianas. A guerra entrou em uma nova fase em 1987, quando os iranianos aumentaram as hostilidades contra a navegação comercial dentro e nas proximidades do golfo Pérsico, resultando no envio para a região de navios norte-americanos e de outras nações. O Iraque (Saddam Hussein) continuava a ser abastecido pelo “Ocidente”. No princípio de 1988, o Conselho de Segurança da ONU exigiu um cessar-fogo. O Iraque aceitou, mas o Irã não. Em agosto de 1988, negociações levadas a cabo pelo secretário-geral

¹⁶[16] Mamadou Ly. *Op. Cit.*, pp. 79 e 86.

¹⁷[17] “O grande escândalo de 1986-87 foi a descoberta reveladora que Estados Unidos, que naturalmente ocupam um lugar de primeríssima linha na batalha contra o terrorismo, estava tendo tratos secretos com Irã, um estado terrorista. Isto levantou a acusação mais séria contra a administração de Reagan ao longo do inteiro espectro político. George McGovern denunciou o fiasco humilhante revelado no outono de 1986: “Uma administração que chegou ao poder anunciando a partir de então que o contrterrorismo seria o pilar da política externa americana, foi descoberta vendendo armas secretamente ao governo mais terrorista no mundo” (Noam Chomsky. *Terrorismo Internacional ¿Qué Remedio?* Conferencia no Simposio Internacional sobre Terrorismo de Estado y Derechos Humanos, realizada na Johan Wolfgang Goethe Universität de Frankfurt/Main em abril de 1986).

da ONU, Perez de Cuéllar, e a crise na economia do Irã levaram a que o país aceitasse que a ONU fosse mediadora do cessar-fogo. O armistício veio em julho e entrou em vigor em 15 de agosto.

Em 1990, o Iraque aceitou o acordo de Argel de 1975, que estabelecia a fronteira com o Irã. As perdas da guerra foram estimadas em cerca de 1,5 milhão de vidas. A guerra destruiu os dois países e diminuiu a onda de expansão revolucionária do Irã, que era o que interessava tanto aos EUA quanto à burocracia da URSS. Em setembro de 1990, enquanto o Iraque se preocupava com a invasão do Kuwait, ambos os países restabeleceram relações diplomáticas.

Expansão do Islamismo Político

A expansão do islamismo político continuou, generosamente subsidiado pelos petrodólares. O ministério de coexistência religiosa de Arábia Saudita concedeu 10 bilhões de dólares anualmente para instituições de propagação do Islã no mundo. Uma delas, a *Zakat*, dedica parte desses fundos à ajuda social e trabalhos humanitários; mas outra porção passou a engorssar as arcas de várias organizações, inclusive as chamadas “terroristas”: o Hamas (da Palestina), o grupo do próprio Bin Laden, ou os *mujahidin* de Bósnia, Chechênia e Afeganistão. Em 1989, na Palestina, o Movimento da Resistência Islâmica (Hamas) passava a liderar a Intifada. No Sudão, a Frente Islâmica Nacional, liderada por Hassan al-Turabi, conquistava o poder através de um golpe de estado. Na Argélia, a Frente de Salvação Islâmica (FIS) ganhava as eleições regionais, as primeiras eleições livres desde a independência do país. Do Irã, o aiatolá Khomeini, pouco antes de morrer, proclamava a *fatwa*, a condenação à morte, contra o escritor britânico Salman Rushdie, autor dos “Versos Satânicos”...

Na palestina, o Hamas tem a seu favor uma enorme rede beneficente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Nas eleições de 2005 “o Hamas não venceu porque prometeu varrer Israel do mapa. Venceu porque prometeu resolver alguns dos terríveis desequilíbrios e as caóticas distorções que vêm definindo a sociedade interna palestina nos últimos anos”. E não é o menor dos paradoxos que a fundação do Hamas (que significa “ardor”), em 1988, fosse bem vista pelos políticos israelenses, que viam no grupo um contrapeso à influência de Al Fatah.

A rede de ajuda social do islamismo político teve um papel essencial na sua expansão internacional. O domínio do capital financeiro na maioria das sociedades orientais e médio-orientais não desenvolveu a infra-estrutura necessária para uma sociedade e uma indústria moderna. Este desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo atrasado, sob o jugo do imperialismo, criou uma sociedade muito diferente da ocidental (imperialista). Nestes países pobres, embora uma industrialização importante aconteceu nos anos 50 e 60, não houve um desenvolvimento simultâneo dos serviços públicos, como água potável, sistema de esgoto, eletrificação, alojamentos de boas condições, educação, saúde, e outros serviços. Por exemplo, entre 1982 e 1992 a população de Paquistão cresceu 33%, enquanto os serviços básicos aumentaram só 6,9%.

Por outro lado, o afluxo importante de capital teve um efeito devastador no setor agrário. Como resultado começou um êxodo volumoso de população do campo para as cidades. Mas em vez de ser absorvidos pela indústria e a sociedade urbanas, a falta de “desenvolvimento social” provocou uma expansão dos bairros precários, de choupanas e “favelas”, com condições terríveis de vida. No período inicial, este afluxo criou rapidamente um proletariado “virgem”. As condições brutais impostas por este desenvolvimento desigual criaram contradições enormes, que se manifestaram em grandes explosões sociais. Estas aconteceram nos anos 1950, 1960 e 1970, debaixo de condições internacionais relativamente favoráveis, com movimentos enormes do proletariado nascente.

Não houve, porém, uma saída revolucionária, devido à traição das direções políticas, reformistas ou stalinistas, com conseqüências desastrosas. Os preconceitos religiosos, nacionais, étnicos, comunais, lingüísticos, de raça, voltaram à ordem do dia. A maioria destas cidades-favelas se transformaram em drenos de sujeira, doenças, pobreza, drogas e prostituição. A lumpenização, o crime e o gangsterismo se transformaram em epidemias sociais.

O crime e a lumpenização criaram um sentimento de insegurança e alienação. Em ausência de uma alternativa revolucionária, isto conduziu à desmoralização em certos setores desta população recentemente urbanizada e da pequeno burguesia. Um amplo setor da juventude das áreas rurais, que estudava nas cidades, também era contagiado por esta crise. Em uma sociedade asfíxiante, a nostalgia de um período supostamente glorioso da história de Islã, ensinado nas escolas teocráticas do estado, foi se impondo. A sede de poder, a presunção e o privilégio são parte integrante da mentalidade pequeno burguesa. Em Paquistão, os fundamentalistas do *Jamaat-para-Islami* a proveram de todos estes prerequisites. Em meados dos anos 1970, o *Jamaat-para-Islami* estendeu seus tentáculos nos sindicatos e entre os camponeses. Dali em diante, o fundamentalismo islâmico teve um impacto numa minoria vital da população urbana. Se transformaram em uma força sustentada pelo imperialismo para reprimir a revolução.

A ideologia dos fundamentalistas busca, supostamente, criar um estado islâmico baseado nos princípios teológicos. A corrente principal desta ideologia descansa principalmente em exemplos nostálgicos da sociedade nômade, na qual a forma mais alta em economia era o capitalismo mercantil. Alguns eruditos islâmicos (*ulemas*) tentaram interpretar os fundamentos da teologia corânica nas sociedades e economias dominantes nos últimos 1400 anos. Embora há diferenças de aproximação marcadas e interpretação entre ulemas de seitas diferentes, nenhum tem uma alternativa definida ao sistema capitalista. Uma teologia de mais que um milênio de antiguidade pode, obviamente, ser interpretada em muitas formas. Os capitalistas e grandes proprietários de terras usaram os professores de Islamismo reacionários e a teologia islâmica como meio de defesa dos seus interesses de classe.

Segundo Eqbal Ahmad, há uma deturpação do Islã cometida por absolutistas e tiranos fanáticos, cuja obsessão em regulamentar o comportamento pessoal promove "uma ordem islâmica reduzida a um código penal, destituída de seu humanismo, sua estética, suas buscas intelectuais e sua devoção espiritual". Torna-se impossível "reconhecer religião, sociedade, cultura, história ou política islâmicas conforme vividas e sentidas pelos muçulmanos ao longo dos séculos". Os islamistas modernos, concluiu Ahmad (em 1999), "estão preocupados com o poder, não com a alma -em mobilizar pessoas para objetivos políticos, em lugar de para dividir e aliviar suas dores e seus anseios. As prioridades deles são extremamente limitadas e se dão dentro de um contexto restrito pelo tempo".

O fracasso do nacionalismo secular árabe-palestino para colocar a luta palestina numa perspectiva de luta antiimperialista conseqüente, e de unificação socialista do Oriente Médio (o que exigiria romper com as castas dirigentes dos estados árabes reacionários) levou ao fortalecimento do nacionalismo religioso. O Hamas palestino, por exemplo, elaborou uma resposta ao Estado sionista via "Estado islâmico". Desde a primeira Intifada, o movimento de caráter religioso tem se fortalecido. Mas isso tem a ver com a covardia e sujeição da direção da OLP, que se identificou com os acordos de Oslo e a submissão aos ditames do imperialismo norte-americano. As forças tradicionalmente de esquerda dentro da OLP, como a FPLP e a FDPLP, embora tenham criticado as posições de Arafat, não se constituíram como alternativa real de direção às posições da ANP,

deixando um espaço vazio para que aqueles que aparecem como radicalmente anti- Israel assumam um prestígio crescente.

Na década de 1980, adotando a proposta de dois Estados na Palestina, ou seja, a aceitação da existência do Estado de Israel e a criação de um “mini Estado palestino”, inviável geográfica, histórica e economicamente, as velhas direções nacionalistas burguesas, como as de Arafat, da OLP, ou Nasser, do Egito, também pactuaram com Israel. O abandono da reivindicação fundamental da OLP foi acompanhado também pela maioria da esquerda mundial, que adotou as posições do “sionismo de esquerda” e, desta forma, capitulou às propostas do imperialismo europeu.

Esta capitulação por parte das correntes árabes nacionalistas, laicas e de esquerda abriu espaço para que as organizações fundamentalistas islâmicas – que mantiveram a exigência da destruição de Israel e convocaram a luta contra ele – como o Hamas e o Hezbollah, ganhassem influência de massas. No entanto, estas correntes propõem que, uma vez destruído o Estado de Israel, seja construído, na Palestina, um Estado de caráter teocrático, um claro retrocesso em relação à proposta original da OLP. Este retrocesso não é responsabilidade das massas árabes, mas das correntes “progressistas” e de esquerda, que abandonaram a luta.

A Palestina era o lugar do Oriente Médio onde a influência política das correntes religiosas era das menores na região. Basta ver que a formação da OLP era por amplíssima maioria de natureza laica. Adquiriu um peso muito maior, devido ao desgaste da direção da ANP. O projeto de Estado islâmico, ainda que venha do lado oprimido na região, é uma saída também teocrática. Significa abandonar a perspectiva de um Estado laico e democrático. Significa também a perspectiva de uma ditadura teocrática sobre os povos da região. Os iranianos sentiram na pele o que significa essa proposta por meio da política repressiva de Khamenei contra os protestos democráticos dos jovens iranianos e contra os sindicatos e as mobilizações operárias.

Fundamentalismo e Terrorismo

A postura do Hamas dá pé à propaganda sionista de que “os árabes querem jogar os judeus ao mar”, “são todos fanáticos”, e prejudica a possibilidade de uma convergência entre os setores explorados israelenses contra seu governo, e de unidade com os palestinos na luta contra o sionismo. Vejamos trechos da carta de constituição do Hamas: “Em Nome de Alá, o Misericordioso, o Clemente: Vós sois a melhor comunidade que já surgiu para a humanidade. Vós impões a conduta correta e proibis a indecência; e vós credes em Alá. E se o Povo da Escritura tivesse acreditado, teria sido melhor para eles. Alguns deles são crentes; mas a maioria deles são praticantes do mal. Eles não irão vos prejudicar salvo uma leve ferida, e se eles lutarem contra vocês eles terão de retroceder e fugir. E depois de tudo eles não serão socorridos. Ignomínia será sua porção onde quer que eles se achem salvos [onde eles se agarrem a] uma corda de Alá e a uma corda do homem...

“Eles incorreram no ódio do seu Senhor, e miséria será jogada sobre eles. Isso é assim porque eles se acostumaram ao descrédito nas revelações de Alá, e atacaram os Profetas erroneamente. Isso é assim porque eles eram rebeldes e se acostumaram a transgredir.” *Surat Al-Imran* (III), versos 109-111... Israel irá crescer e permanecer ereto até que o Islã o elimine assim como ele tem eliminado seus predecessores... *Artigo Oito: Alá é seu objetivo, o Profeta seu modelo, O Corão sua Constituição, a Jihad seu caminho e a morte pela causa de Alá sua mais sublime crença*”.

Seria, no entanto, um erro pôr o radicalismo “islâmico”, devido ao seu “fundamentalismo”, no mesmo plano que o “fundamentalismo” imperialista ou sionista. É o que aparece na postura de

Tariq Ali,18[18] quem se queixou, quanto ao sofrimento do povo palestino, que “os EUA são cegos quanto a isso, e os europeus são parcialmente cegos também”.19[19] Mas uma confusão semelhante aparecia também nos textos do prestigiado intelectual Edward Said, que em um artigo,20[20] disse estar convencido de que a oposição secular no mundo árabe vinha obtendo sucesso diante de seus oponentes islâmicos. Seu raciocínio era o de que o Oriente Médio é uma região muito heterogênea, modernizada e estimulada politicamente para se submeter ao que são aspectos retrógrados, visões absurdamente anacrônicas, que almejam ao estabelecimento de teocracias muçulmanas e judaicas.

A posição de Said de condenação indiscriminada aos movimentos islâmicos, demonstrava a ausência de uma análise mais objetiva do Islam político. Saïd, que sempre esteve na vanguarda ao expor e refutar as maliciosas interpretações ocidentais referentes à questão da Palestina e a outras causas árabes, parecia, neste caso, estar repetindo uma interpretação sobre os movimentos islâmicos semelhante à existente no ocidente.

Os fundamentalistas não ficaram à margem da penetração do dinheiro das drogas e da “corrupção” na sociedade. A maioria desses agrupamentos transformou-se em máfias sectárias. Os líderes e a “ala dura” usam as mesquitas como centros de doutrinação religioso e preconceitos sectários postos nas cabeças das crianças. Durante a ditadura de Zia, no Paquistão, nos anos 1980, o afluxo de dinheiro da heroína proveu um apoio significativo econômico às práticas dos professores de Islamismo. A participação destas organizações sectárias no *jihad* afegão lhes deu um acesso sem precedentes para armas e arsenais. Um dos grupos mais em vista é o *Sipah-para-Sahabah* do Paquistão, que representa a ala sunnita de fundamentalismo.

Os quadros do grupo eram principalmente produtos das *madraisah* (escolas das mesquitas) e da experiência da guerra afegã. Com o aprofundamento da crise socioeconômica em um momento de certa calma do movimento dos trabalhadores, os membros destas organizações ganharam mais destaque: isto deu origem a mais de 20 grupos divididos das organizações originais em Pendjab, cujas práticas foram e são as mais violentas e as mais permissivas com o crime. Durante a guerra do Afeganistão (1979-1989), o comércio do ópio foi estimulado pela CIA para financiar os combates e enfraquecer as tropas soviéticas.

Na atualidade, o Islamismo defenderia as velhas tradições que correspondem às relações precapitalistas de produção, mas ao mesmo tempo tentaria modificá-las ou interpretá-las de acordo com as mudanças nas forças e relações produtivas (capitalistas monopolistas). Os fundamentalistas islâmicos não pretendiam literalmente impor as condições econômicas e tecnológicas da era de Maomé (na prática, usam tecnologia muito avançada), mas implantar aspectos das velhas tradições na superestrutura vigente, e até certo grau também nas relações de produção e reprodução social.

O resultado é um "híbrido". Em certo modo haveria uma analogia entre o papel de Islã no Irã, e muitos outros países, hoje em dia, e o desenvolvimento inicial de Islã na situação em que Maomé viveu. A analogia ou semelhança tem a ver com a convulsão e deslocação de grandes contingentes sociais, o deslocamento e a urbanização de quantidades enormes de camponeses em condições miseráveis, entre os que é marcante, ante esta situação de mudança, a atração do fundamentalismo islâmico.

18[18] Cf. Tariq Ali. *The Clash of Fundamentalisms*. Crusades, jihad and modernity. Nova Delhi, Rupa & Co, 2002.

19[19] David Barsamian e Tariq Ali. Palestina e Israel. In: *Imperialismo & Resistência*. São Paulo, Expressão Popular, 2005, p. 182.

20[20] Edward Said. O panorama da oposição, *Al-Ahram*, 8-14 de junho de 2000.

O chamado “terrorismo islâmico” foi, claramente, o produto da decomposição da rede armada pelos EUA para isolar a revolução iraniana e dar o golpe de graça à ex URSS. Isso não significa que não fosse capaz de formular suas próprias bases ideológicas. Em abril de 1988, o Dr. Abdallah Azzam, o pai espiritual de Al Qaeda, escreveu um artigo intitulado "A base sólida", que esboçou as linhas do que vai depois ser Al Qaeda. Azzam descreveu um movimento com dois momentos significantes: um período longo de educação ou doutrinação, *Tarbiyyah*; e a redefinição da *jihad*, de um meio para cumprir um objetivo religioso-político, para um objetivo *per se*. Azzam era um ideólogo islâmico, contudo a fase organizacional de Al Qaeda, e outros grupos afiliados para a *jihad* global, esteve nas mãos de líderes com um caráter muito mais operacional que ideológico: Osama Bin Laden, Ayman Zawahiri, Muhammad Atef, e depois Abu Musab al-Zarqawi.

A segunda geração de Al Qaeda foi emergindo dentro de diferentes campos de batalha “islamistas”, de Afeganistão a Bósnia, do Iraque a Europa, o sudeste a Ásia, etc. O *modus operandi* de Al Qaeda através de martírios, operações e matanças, tudo legitimado por clérigos, afetaria a imaginação da juventude muçulmana mundial, dando assim prioridade para estratégias novas em cima da ideologia básica. Até mesmo o conflito Israel-Palestina não era mais considerado crucial, tendo um papel menos importante nas prioridades da *jihad* global. Ayman Zawahiri escreveu várias vezes em favor de adotar a posição tradicional do *jihad* egípcio: "a estrada para a libertação de Jerusalém passa pela libertação do Cairo e de Damasco".

De acordo com o “Relatório Brisard”,^{21[21]} a rede Al Qaeda beneficiou-se do apoio financeiro de 400 indivíduos e de 500 empresas e organizações em todo o mundo. Entre os componentes notáveis dessa lista figuram o príncipe Sultan, ministro da Defesa saudita, e o príncipe Turki Al Fayçal, ex-dirigente dos serviços de espionagem sauditas. Entre 1979 e 1989, ambos ocuparam um lugar decisivo na ajuda importante dada ao *jihad* anti-soviético no Afeganistão, em colaboração com a CIA e o Paquistão. Durante a década de 1990, os ex-membros da *jihad*, assim como aqueles que eles mesmos formaram, espalharam-se pelo mundo islâmico e o Ocidente, desempenhando desde então um papel importante.

Em 1998, o príncipe Turki teria aceito não pedir a extradição de Bin Laden e de outros membros da Al Qaeda para o Afeganistão, e teria dado um auxílio generoso ao regime talibã, contra uma promessa feita por Bin Laden de que sua organização não procuraria subverter o regime saudita. O príncipe Sultan foi acusado de ter contribuído com pelo menos 6 milhões de dólares desde 1994 para quatro organizações caritativas que financiavam Al Qaeda.

O fim do *jihad* afegão provocou uma crise que tornou evidentes os laços existentes entre o hoje perseguido “terrorismo islâmico”, e o próprio ventre do imperialismo capitalista. Em 1991 houve o fechamento pelo Banco da Inglaterra do *Bank of Credit and Commerce International* (BCCI), em razão de atividades fraudulentas. O BCCI desempenhou um papel secreto, em grande parte ainda desconhecido, no financiamento do *jihad* afegão de 1979-1989. O fundador desse banco, Hassan Agha Abedi, de origem paquistanesa, tornou-se amigo do presidente James Carter, cujo governo lançara o *jihad*, e de Margaret Thatcher, que o apoiou com tanto entusiasmo (sobretudo durante o reinado de seu amigo Ronald Reagan) quanto Anthony Blair apoiou a campanha de George W. Bush contra o Iraque. William Casey, primeiro diretor da CIA nomeado por Ronald Reagan, estabeleceria os contatos com o banco. Mais tarde, seu sucessor, Robert Gates, qualificaria o BCCI de *Bank of Crooks and Criminals International* (Banco Internacional de Ladrões e Criminosos).

^{21[21]} Feito para os serviços secretos franceses por um advogado parisiense, Jean-Charles Brisard, e divulgado em muitos países ocidentais antes e depois do 11 setembro de 2001.

Havia muito tempo que a CIA abrisse contas secretas em bancos estrangeiros duvidosos. O governo saudita, mesmo antes do *jihād* afegão, depositou nessas contas fundos secretos para suas causas prediletas, como os contra nicaraguenses e a Unita em Angola. Investigações do *Time*, *Newsweek*, *ABC News* e outros comprovam a existência de quantias depositadas para informantes e elementos diretamente implicados no *jihād* afegão, depois para o Talibã e para Al Qaeda, por intermédio da sucursal BCCI de Londres, assim como em outras agências no Paquistão. Em 1993, para grande alívio de todas as partes envolvidas, um júri norte-americano absolveu Clark Clifford, de 85 anos, conselheiro de todos os presidentes norte-americanos desde Harry Truman, e seu sócio, o advogado Robert Altman, no caso do BCCI e seu parceiro norte-americano, o *First American Bankshares*. O caso foi encerrado sem a menor dano para a honra desses dois “respeitáveis” norte-americanos e sem que fossem reveladas as ligações que vão do *jihād* à Al Qaeda, e que talvez constem dos documentos mantidos pelo Banco da Inglaterra.

Num *briefing paper* preparado para o Pentágono por um analista da Rand Corporation (um dos *think tanks* do governo norte-americano), se acusava à Arábia Saudita de ser “o cerne do mal”. Aconselhava o governo dos EUA a confiscar os bens financeiros sauditas e assumir o controle do petróleo desse país, pois o regime teria dado meia volta para se tornar o “inimigo” dos EUA. Apesar dos desmentidos da Casa Branca, a imprensa saudita expressou o temor de que os bens sauditas nos Estados Unidos – que chegam a centenas de bilhões de dólares – fossem congelados ou confiscados. Os investidores sauditas e árabes transferiram para a Europa parte de seu dinheiro líquido e seus bens bancários, ações, bônus do Tesouro e bens fundiários.

Bin Laden and Co.

O relatório Brisard, como outras investigações, governamentais e privadas, posteriores aos atentados de 11 de setembro, revelaram que a infra-estrutura financeira da Al Qaeda assemelha-se a uma *holding*. Haveria um centro de decisão com centenas de filiais e um número ainda maior de entidades terceirizadas espalhadas pelo mundo. A lista das entidades implicadas abrange um amplo leque, que vai do fundamentalista islâmico fanático ao banqueiro famoso e respeitável, assim como a homens de negócio e empresas. Em 24 de setembro de 2001, o presidente Bush lançou um ataque “contra a base financeira da rede global do terror”. Foi anunciado o congelamento dos bens de 27 organizações e indivíduos suspeitos de manterem relações com Bin Laden. A partir dessa data, a lista tornou-se ainda mais longa do que a do relatório Brisard. Sob pressão norte-americana, o Conselho de Segurança da ONU votaria várias resoluções, pedindo às nações que privassem às “redes terroristas” de qualquer apoio financeiro e logístico.

Osama Bin Laden: comerciante saudita, último de dezoito irmãos e irmãs (além de uns cinquenta meios-irmãos e meias-irmãs por parte de pai: Muhamad Bin Laden teve 54 filhos com 11 esposas) de uma família não nobre, mas originada do lobby da construção civil e do petróleo e fornecedora para a casa real, quem sabe também de droga e armas (e por isso milionário), foi “presenteado” pelo rei Fahad ao “amigo americano” (leia-se: à CIA) para capitanear a guerrilha, mascarada de “Islã”, contra o poder afegão daquela época, apoiado pelos russos. E para guiar aquela luta era preciso que houvesse, lá, um homem rico, capaz e com autoridade, em suma um agente da CIA bem treinado, em condições de gerir fundos, armas e homens em profusão. Nas relações anteriores com os *talebãs*, e também com os *mujahedins* e paquistaneses, em chave anti-comunista, aqueles receberam nos anos 1980 dos EUA (por meio da CIA e do serviço secreto inglês MI6) mais de 3 bilhões de dólares para treinamento militar, guerrilha, atentados e provocações.

O governo Bush Jr., logo que eleito, tinha procurado revivificar as relações com agências privadas conectadas com a CIA: em abril de 2001 o novo governo dos EUA alocou 350 milhões de dólares

para fazer com que o ex-rei retornasse para dirigir o Afeganistão. Mas as mesmas fontes da CIA admitiram que o período em que ela já trabalhava “por debaixo dos panos” com a assim-chamada Aliança do Norte remontava ao final dos anos 90. Na luta entre talebãs e *mujahedins* se inseria o controle do tráfico de ópio.

No conflito de mais de uma década entre a seita fundamentalista islâmica *Wahabi*, que se encontra no poder na Arábia Saudita, com a família reinante apoiada justamente pelos Bin Laden e pelos EUA, e o “islamismo laico” do governo iraquiano de Saddam Hussein, Osama trabalhava documentadamente para setores da CIA, conectando a luta contra Saddam com a luta contra os afegãos apoiados pelos russos (isto é, vários *mujahedins* a serviço dos EUA, talebãs inclusive, em cujo Afeganistão Osama Bin Laden já representava os interesses de seus próprios protetores, os EUA e a Arábia).

A “guerra santa” de Osama contra o Iraque tinha apenas o objetivo de aumentar as tensões daquele estado com a Arábia Saudita e os EUA, de pleno acordo com estes últimos, e preparando um terreno favorável para os EUA em toda a Eurásia, incluindo o Afeganistão. O jornal *Washington Post* recordou que o Sudão, depois do primeiro atentado às torres gêmeas em 1995, do qual foi acusado, sem provas, Osama Bin Laden, “ofereceu-o” a Clinton que o recusou, “preferindo” que fosse para... o Afeganistão. No entretanto, ele recrutou e treinou muitos militantes (mais árabes do que afegãos) por conta da própria CIA, que também daquela vez iria deixar a salvo, como todos os seus predecessores, o agente “secreto” por ela construído. Em compensação, Clinton mandou bombardear a fábrica sudanesa de fármacos, sob pretexto de que produziria gás nervino.

Durante toda a década de 80 os EUA construíram bases militares e instalações na Arábia Saudita por 200 bilhões de dólares, a mais alta despesa militar até então feita no mundo. Muitas daquelas empreitadas passaram pela família Bin Laden (entre elas as torres Khobar em Dhahran, cujo bombardeio iria ser atribuído em 1996 justamente a Osama); mas não é fato secundário que quase todo o dinheiro tenha saído das caixas-fortes da casa real árabe. Durante os anos 1990, pelo menos até o momento das agressões à Iugoslávia, Osama Bin Laden continuou a agir por conta dos EUA e da CIA, e para a empresa da família, que enriqueceu com as guerras. Até mesmo as prodigiosas e equipadíssimas “cavernas” de Tora Bora no Afeganistão tinham sido construídas dez anos antes pelo grupo Bin Laden por conta dos EUA-OTAN em função anti-russa. A estreita triangulação entre setores importantes da CIA-Mossad-terroristas supostamente islâmicos é algo mais do que hipotética.

“Quanto mais o tempo passa, mais fica claro que as agências americanas, durante o período do ‘pós-guerra fria’, tenham acolhido e dado hospitalidade a terroristas internacionais. A Jihad Islâmica, bem-vista pelos governos americanos, providenciou o envio de mercenários e armas, por conta dos EUA, para os Balcãs e para os estados da ex-URSS. Tudo isto gerou uma circulação de dólares multimilionária no comércio de droga e na conseqüente lavagem daquele dinheiro sujo em todo o sistema bancário ocidental”.^{22[22]} O núcleo da família Bin Laden, sem Osama, é ligado nos EUA à fortíssima holding do grupo Carlyle, que opera sobretudo no setor aeroespacial e militar. Não existe nenhuma importante personalidade econômica ou política do círculo do poder americano que não tenha tido estreitíssimos contatos de “negócios” com Bakr bin Laden (o pai do filho...); dentre eles destaca-se o ex-vice-diretor da CIA, Frank Carlucci, que levou consigo para o grupo dezenas de agentes que tinham “deixado o serviço”, para não falar de gente como George Soros.

^{22[22]} *Wall Street Journal*, Nova Iorque, 27 de setembro de 2001.

Na Ásia Central (com um potencial ainda não explorado estimado em mais de 6 trilhões de metros cúbicos de gás) se encontra o percurso escolhido para um novo corredor de energia, encabeçado pelo Turcomenistão e pelo Uzbesquistão, seguidos pelo Casaquistão, Quirguistão, Tadjquistão, e juntamente com Afeganistão e Paquistão, partes da Índia e da China, como vias de saída. Atualmente os EUA possuem não mais de 3% das reservas mundiais conhecidas (com 5% da população e 25% do consumo mundial), por isso o controle de todos os percursos de penetração da área do Golfo até a Eurásia assume uma prioridade estratégica que ultrapassa em muito a questão dos hidrocarbonetos.

Oleodutos e gasodutos provenientes da Bacia do Mar Cáspio atravessam até hoje a Rússia. Por isto, os investimentos alternativos referem-se, depois do controle de Kosovo e da Macedônia, à fiel Turquia e, na Ásia centro-meridional, à via caucásica incluída justamente entre Rússia e Irã. Neste quadro, o Afeganistão ocupa uma posição estratégica, não tanto por suas poucas reservas, mas por ser um local de entrecruzamento, encontrando-se como ponto de equilíbrio dos países da Ásia Central, exatamente entre o Oriente Médio, o sub-continento indiano e o Turcomenistão, na perspectiva dos enormes mercados de capitais representados pela Índia, China e Japão.

Esta é uma das principais razões pelas quais, para planejar o progresso dos próprios negócios naquela inteira zona depois do desmantelamento do Comecon, as empresas petrolíferas, cuja base são os EUA, deviam e devem antes de mais nada domar a instabilidade política da região. Num semelhante clima, não é casual que a família Bush tenha pedido ao FBI que “se abstivesse de indagar sobre as suas ligações com a família Bin Laden, anteriores ao atentado ao WTC”. A própria BBC informou sobre um documento secreto do FBI que sublinhava “as conexões entre a CIA e a Arábia Saudita e entre os Bush e os Bin Laden”.

Das Torres Gêmeas à Palestina

Os atentados de 11 de setembro de 2001, foram usados pelos EUA para uma invasão e uma carnificina no Afeganistão, a partir de outubro desse ano. As “forças aliadas” não tardaram em ocupar o país. Assim como ao longo dos conflitos na ex-Iugoslávia (em especial em Kosovo, em 1999) os norte-americanos evitaram um contato imediato com as tropas adversárias no solo, voltando-se para ações de destruição da infra-estrutura logística, militar e econômica dos sérvios. Vigia a chamada Doutrina Powell (“Nós atiramos e eles morrem!”). Assim, os norte-americanos tinham descoberto a “guerra ideal” (em comparação com a carnificina do Vietnã).

A conquista de Afeganistão pelos Estados Unidos e os "senhores da guerra" foi “boa” para fazer voltar o Afeganistão para seu lugar no mercado mundial... de heroína. Nas áreas dominadas pelos "senhores da guerra afegã" as plantações renasceram em todos lugares, e na Europa começou a alarmar o rebrote do ópio afegão. Em julho de 2000, o governo dos talibãs ordenara a destruição dos cultivos de papoulas, e o Afeganistão parou de ser o primeiro produtor mundial. Mas os cultivos ficaram, e até triplicaram, na área dominada pela Aliança do Norte, aliada dos norte-americanos contra os talibãs. Com a ocupação, os cultivos se alongam novamente para o país inteiro, com colheitas recordes.

Tão impressionista e superficial quanto afirmar que os atentados de 11 de setembro acertavam um golpe decisivo ao “poder (ou violência) simbólico dos EUA”, foi afirmar que a vitória por estes obtida no Afeganistão reverteu por completo as tendências da situação mundial. Os próprios atentados às *Twin Towers* expressaram, em primeiro lugar, uma decomposição sem precedentes dos aparelhos de segurança dos EUA, pois foram executados por um grupo (talvez manipulado por setores da polícia política ianque ou israelense, ou ambas) unido por laços econômicos, políticos e

até organizativos à CIA e a todo o aparelho imperialista (existem indícios firmes de conhecimento prévio dos atentados por parte de setores do aparelho de segurança e dos círculos financeiros dos EUA). Os atentados deram pretexto para a montagem de uma “aliança mundial contra o terrorismo”, supostamente unânime, que se revelou logo tão frágil quanto o seu suposto “multinacional” inimigo.

A evolução terrorista do movimento islâmico, por sua vez, foi um índice da decomposição do nacionalismo burguês e clerical no Oriente Médio e na Ásia Central, e ambas foram diretamente impulsionadas pelo imperialismo: “O principal terreno deste conflito foi o Afeganistão. O objetivo da Jihad, financiada neste país pelas petro-monarquias da península arábica e CIA, era infligir à URSS, que havia invadido Cabul em dezembro 1979, um ‘Vietnã’ que precipitaria sua queda. À escala do Islã, também tinha a função de desviar os militantes radicais de todo o mundo da luta contra o Grande Satã americano -luta para a qual incitava Khomeini- e canalizá-las contra a União Soviética. A Jihad afegã teve uma importância capital na evolução mundial do movimento islâmico”.23[23]

Com transformação de um movimento político de massas numa seita religioso-terrorista se evidenciou, não a sua força, mas seu retrocesso e fragmentação: as *fatwas* de Bin-Laden (desautorizadas pela hierarquia religiosa islâmica) invocavam Alá e a “guerra contra os infiéis”, mas não incluíam reivindicações políticas elementares, como o fim do bloqueio contra o Iraque, a luta contra a ditadura cívico-militar na Argélia (erigida sobre o golpe contra a vitória eleitoral do islamismo “radical” do FIS), ou o retorno dos refugiados e o apoio incondicional à Intifada palestina.24[24]

Certamente que “a maioria dos atos em que (o termo) *terrorismo* é aplicado, pelo menos no mundo ocidental, refere-se a um ato de ataque do mais fraco sobre o mais forte. Os palestinos, porém, prefeririam lutar pela sua liberdade com meios respeitáveis, usando F-16s, helicópteros Apache, mísseis teleguiados e outros armamentos que os Estados Unidos fornecem a Israel. Se os mesmos fossem fornecidos aos palestinos, o problema de homens-bomba estaria resolvido. Enquanto isso não acontecer, ninguém deveria achar tão radical, extremista e fanático os palestinos utilizarem a sua única arma: seus corpos. Pensando assim, é fácil perceber que os pobres, os fracos, os oprimidos raramente reclamam sobre terrorismo. Os ricos, os poderosos o fazem sempre que podem”.25[25]

Mas é necessário distinguir entre os atos violentos (e até suicidas) de auto-defesa elementar, e a organização de uma prática sistematicamente orientada pelos atentados, em qualquer escala: “Para que um atentado terrorista, mesmo um que obtenha “êxito”, crie confusão na classe dominante, depende da situação política concreta. Seja como for, a confusão terá vida curta; o estado capitalista não se baseia em ministros de estado e não é eliminado com o desaparecimento deles. As classes a que servem sempre encontrarão pessoas para substituí-los; o mecanismo permanece intacto e em funcionamento. Todavia, a desordem que produz um atentado terrorista nas filas da classe operária é muito mais profunda. Se para alcançar os objetivos basta armar-se com uma pistola, para que serve esforçar-se na luta de classes? Se um pouco de pólvora e um pedaço de chumbo bastam para perfurar a cabeça de um inimigo, que necessidade há de organizar a classe? Se tem sentido aterrorizar os altos funcionários com o ruído das explosões, que necessidade há de um partido? Para

23[23] Gilles Kepel. *La Jihad*. Expansion et déclin de l’islamisme. Paris, Gallimard, 2000.

24[24] Olivier Roy. La fin de l’islam politique, *Esprit*, Paris, agosto de 2001.

25[25] Humam al-Hamzah. Terrorismo, uma palavra perigosa. In: www.icarabe.org.br, setembro de 2006.

que fazer passeatas, agitação de massas, eleições, se é tão fácil alvejar um ministro desde a galeria do parlamento? Para nós o terror individual é inadmissível precisamente porque apequena o papel das massas em sua própria consciência, as faz aceitar sua impotência e volta seus olhos e esperanças para o grande vingador e libertador que algum dia virá cumprir sua missão”.26[26]

Os limites da reação ianque aos atentados foram dados pela sua própria crise interna e internacional. Observadores assinalam que, inclusive até a véspera do atentado do 11 de setembro, existia uma relação estreita entre a CIA e o governo de Cabul, e que a CIA tinha clara preferência pelo regime talebã, à diferença do Departamento de Estado, que aconselhava apoiar os guerrilheiros opositores (a Aliança do Norte) liderados pelo assassinado general Massoud. Por outro lado, limitar o ocorrido à maquinação de um Bin Laden revela uma forte tendência da burguesia e dos Estados imperialistas a rechaçar a hipótese de uma escalada militar contra supostos Estados “delinquentes” ou inclusive uma guerra, porque isto iria além das possibilidades políticas do imperialismo mundial, e até de suas conveniências.

Portanto, a personalização do atentado em Bin Laden poderia ser, em parte, uma tentativa do governo americano de sair-se pela tangente. O contrário, a organização de uma guerra em grande escala, seria ir na direção de uma militarização dos países que integram a OTAN e apostar em uma via de desenvolvimento explosivo para a estabilidade do capitalismo mundial. Logo depois da invocação do artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte, que estabelece a necessária solidariedade com qualquer Estado membro agredido, os governos europeus tomaram distância de uma eventual intervenção militar maciça no Oriente Médio.

O pan-islamismo continuou a potencializar-se, ainda assim, em função da degradingolada política do pan-arabismo, e das direções políticas laicas árabes em geral. Na Palestina, isto fortaleceu o Hamas “islâmico” contra a OLP. O presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, se enlinhou em uma teia que ele próprio ajudou a tecer desde os acordos de Camp David, depois aprofundados em Oslo. Ali, pela primeira vez, a OLP, renunciou à defesa de “um estado palestino sobre toda a Palestina”, admitindo a existência de um estado palestino sob a vigilância do estado militar-religioso de Israel, estabelecido artificialmente pelo imperialismo sobre território palestino. Os chamados “acordos de paz”, na verdade, significaram uma deposição unilateral de armas pela direção palestina, permitindo que o sionismo se colocasse em melhores condições para o que pensavam ser um último e decisivo assalto às posições palestinas.

Desde 1995, longe da constituição de uma nação soberana, o povo palestino amargou um recuo permanente de suas próprias linhas, conquistadas a ferro e fogo desde o massacre de 1982 em Sabra e Chatila, passando pela Intifada original. Milhares de mortos, milhares de casas demolidas, locais de culto mulçamano e cristão destruídos. O chamado “terrorismo” palestino, sobretudo os homens e mulheres-bomba, foram expressões do desespero do povo palestino, levado, pela opressão e a miséria, da ação de massas organizada às iniciativas de martírio individual, certamente fomentadas por setores do “islamismo político”.

Mas, basicamente, os ataques suicidas palestinos não são o produto do “fundamentalismo palestino”, ou de qualquer outra causa ideológica. Os ataques suicidas são a reação da população que vive em um grande campo de concentração, às condições de opressão política e econômica extrema. Uma causa muito importante da degeneração da luta palestina mais recente, que começou com uma série de manifestações de massas, em políticas de ataques suicidas, é a falta de

26[26] Leon Trotsky. Por que os marxistas se opõem ao terrorismo individual (1911). *The Marxists Internet Archive*, junho 2005.

solidariedade mostrada pelas organizações de massas de Israel, que nunca condenaram a repressão às massas palestinas por parte do Estado israelita. Mas até baixo essas condições infernais, as organizações palestinas estão dispostas a cessar os ataques suicidas, como o manifestaram em diversos cessar-fogo.

Claramente, os ataques suicidas não podem acabar com a ocupação e a opressão sionista. Habitualmente, eles só têm como resultado o assassinato de inocentes civis, e também de palestinos que moram em Israel. Também estão levando à liquidação física de uma geração inteira de militantes, cuja dedicação e talento são necessários para construir uma sociedade nova, socialista, nas ruínas do regime atual. Só a perspectiva estratégica de uma Palestina secular e socialista, sob a direção das massas árabes e judias, pode dar uma saída para o banho de sangue permanente.²⁷[27]

A conclusão é clara: a constituição de uma república secular faz parte de uma reorganização socialista de Oriente Médio, não de nova fase de estados nacionais nas mãos da economia capitalista mundial. A libertação do povo árabe do atraso e da opressão ancestral supera as possibilidades dos movimentos nacionais e os limites do Estado burguês. Não estamos no tempo do despertar nacional, mas da decadência histórica do capital. Só se pode apoiar consequente e incondicionalmente a luta do povo árabe contra o imperialismo, qualquer que seja sua direção circunstancial, com uma política de revolução mundial.

A emergência e a vigência do islamismo político só podem ser compreendidas à luz da contraditória evolução política do mundo árabe, e dos povos oprimidos em geral, e também à luz da crise da política imperialista. Atribuí-la exclusivamente a fatores como a explosão demográfica e a "revolução sanitária" dos países árabes na década de 1970, como fez o "islamólogo" Gilles Kepel (para prognosticar, na véspera do 11 de setembro de 2001, o declínio imediato inevitável do islamismo político...),²⁸[28] sem passar pela trajetória da luta de classes e de suas expressões políticas, significa condenar-se à incompreensão e, finalmente, à resignação diante do "irracional".

O fracasso dos movimentos nacionalistas e do stalinismo (menchevismo) no Oriente Médio está mais que comprovado. Não é o momento para ressuscitar cadáveres. Os socialistas impelem a luta nacional com os métodos da luta de classes, não da colaboração de classes, e muito menos com os métodos de disciplinamento e controle de social de Hamas ou Hezbollah. A luta nacional serve para opor as massas à burguesia, não para formar com ela um bloco político. Sem uma luta de classes no interior da própria nação árabe, o um a caminho da libertação é uma quimera que já foi demonstrada de modo trágico na própria experiência histórica.

A Guerra do Golfo

Em 2003, diante do ataque dos EUA contra o Iraque, os regimes árabes em geral capitularam ante os Estados Unidos: poucos meses antes, em uma viagem pelo Oriente Médio, o vice presidente norte-americano Cheney reconheceu uma posição aparentemente unânime: os países árabes se opunham à intervenção militar norte-americana no Iraque. A realidade é que, depois, a maioria dos regimes árabes cooperou ativamente com os preparativos militares norte-americanos. O apoio dos países árabes aos Estados Unidos não se manifestou em palavras (ao menos nas públicas) mas em fatos: armas e equipamentos se derramaram pelo Kuwait, onde os Estados Unidos tinham uma base avançada para abastecer três batalhões com tanques, helicópteros de assalto e outros equipamentos.

²⁷[27] Liga Obrera Socialista (Palestina). La agresión militar sionista contra Siria y la "guerra contra el terrorismo". *Prensa Obrera* n° 824, Buenos Aires, 6 de novembro de 2003.

²⁸[28] Gilles Kepel. O islamismo está em declínio. *Tempo Real Cebri* n° 5, Rio de Janeiro, 12 de abril de 2001.

Tropas britânicas realizaram manobras em Omã, onde os EUA construíram um aeroporto militar. Bahrein é sede da Vª Frota norte-americana.

A Arábia Saudita reverteu sua posição e permitiu que as instalações norte-americanas em seu solo fossem utilizadas em uma guerra. Enquanto as “monarquias petrolíferas” do Golfo apoiaram ativamente os preparativos militares norte-americanos, o Egito e a Síria elegeram a evasão como o melhor recurso de ação, mas não se privaram de se somar ao coro dos que exigiam do Iraque a entrada dos inspetores internacionais. Até o Irã, catalogado como o integrante do “eixo do mal”, também interveio ativamente nos preparativos político-militares contra o Iraque. O Irã apoiou os partidos curdos e xiitas (a fração muçulmana predominante no Irã e no sul do Iraque) opostos a Saddam, o que lhe daria depois uma voz no governo “iraquiano” armado pelas tropas ocupantes, e nos negócios que este armou com os norte-americanos. Os aiatolás iranianos buscaram por todos os meios que a situação não escape do seu controle, uma vez que a ampliação da mobilização de massas na região seria num risco para o controle ditatorial que eles exercem no Irã. Neste sentido, não é casual que as principais forças xiitas que eles apóiam no Iraque sejam parte do governo colonial sustentado pelas tropas imperialistas ocupantes.

Foi uma guerra criminosa que se estende até hoje, já tendo provocado 655 mil mortes entre os iraquianos, segundo pesquisa da Universidade Johns Hopkins. Nos dias prévios à guerra, “para intimidar Bagdá”, os EUA experimentaram um explosivo que destrói toda vida humana num rádio de dez quilômetros. Os funcionários de Bush disseram que as bombas atômicas lançadas em 1945 tiveram a finalidade altamente humanitária de pôr fim à resistência japonesa, salvando um grande número de vidas.

Consequente con esse credo moral, o governo norte-americano falsificou documentos para provar que Saddam possuía armas de destruição massiva, no que foi desmentido por um dos chefes dos inspetores internacionais. Isto é suficiente para demonstrar que o imperialismo norte-americano era perfeitamente consciente da sua barbárie. Não só o impulsavam suas especiais convicções religiosas (uma direita religiosa, esta sim fundamentalista, ocupou a Casa Branca. Um ex-redator de discursos de Bush relatou reuniões do presidente com assessores, cujos *scripts* contêm rezas obrigatórias orientadas pela cabeceira. O próprio Bush anda sempre empunhando uma Bíblia e trata de dar toques messiânicos aos seus discursos e mensagens) mas a necessidade do capitalismo de sair da crise mundial por meio da guerra.

No período entre maio e outubro de 2003, o povo iraquiano, desmoralizado pela traição de seus altos oficiais, encarou a captura de Bagdá e a ocupação de todo o país com certa indiferença. O choque psicológico causado pela crise política interna e pela traição de alguns dos altos oficiais do país paralisou a determinação dos iraquianos por algum tempo. Mas depois, constatada a natureza imperialista da ocupação anglo-americana, começou uma resistência que se estende até o presente, em que pese a selvageria das tropas ocupantes.

A primeira Guerra do Golfo tomou como pretexto a luta pela derrubada da ditadura de Saddam Hussein e a defesa da soberania nacional do Kuwait, invadido pelo Iraque. O pretexto não resistia a menor análise, toda vez que o regime de Bagdá era a própria criatura do imperialismo norte-americano (o próprio Saddam Hussein era denunciado como agente da CIA pelos movimentos nacionalistas e da esquerda árabe), e tinha sido abundantemente armado e usado pelos EUA e a Europa para conter a revolução iraniana, como fator da guerra Irã-Iraque da década de 1980. A “soberania nacional” do Kuwait não passava de um pretexto cínico, pois o país nunca passou de um enclave semi-colonial de propriedade familiar.

A primeira Guerra do Golfo foi concebida como uma operação de polícia internacional, teve cobertura legal da ONU, e se apoiou num amplo leque de alianças com o conjunto das potências capitalistas. A segunda, encabeçada pelo governo de George Bush Jr., foi concebida – depois dos nunca esclarecidos atentados de 11 de setembro de 2001 – como um degrau de uma estratégica “guerra infinita” contra o terrorismo (no governo de George W. Bush, foi emitida a Diretiva Presidencial nº 17 sobre Segurança Nacional, na qual os EUA assumem, oficialmente, o direito do “ataque preventivo”. Eles passam a ter o direito “legal” auto-atribuído de lançar mão de todos os meios necessários, os nucleares inclusive, para esse tipo de ataque), se apoiou numa aliança aos frangalhos com regimes direitistas da Europa (Blair e Berlusconi), eles também em completa crise política, e com alguns regimes fantoches do outrora chamado Terceiro Mundo. Quanto à ONU, ela foi reduzida, na melhor das hipóteses, a um organismo impotente, e na pior (mais realista) a uma caixa de registros das investidas militares do imperialismo anglo-ianque em qualquer ponto do planeta.

As vitórias militares e o impressionante arsenal bélico posto em ação entre 1990 e 2006, não conseguiram ocultar o panorama da estratégia político-militar dos EUA no Oriente Médio e na Ásia Central. Os regimes impostos (Iraque e Afeganistão) carecem da mais elementar estabilidade política e até do controle de seu próprio território; o Afeganistão não virou uma “democracia estável”: continua sendo um narco-Estado com duas ou três cidades dirigidas militarmente por fantoches norte-americanos, e o resto do país dividido por bandos em guerra, enquanto a fome e a miséria seguem endêmicos (claro que há uma novidade por lá além de um boom na produção de ópio: o número bem maior de bases militares dos Estados Unidos ao longo da rota do oleoduto e das zonas de interesse norte-americano pelo óleo e o gás da Ásia Central; sem falarmos em novas bases militares ao lado da fronteira chinesa).

Em vez de um progressivo isolamento e cooptação do regime iraniano, o contencioso com este se agravou (pela reabertura de três centrais nucleares, uma delas de enriquecimento de urânio), abrindo-se também uma frente de sérios choques com os aliados tradicionais dos EUA na região, em especial a Arábia Saudita; a falaciosa “democracia” do Iraque - organizada pelos ocupantes, dos quais não passa de uma marionete - se evidencia incapaz de debelar a resistência contra a ocupação imperialista; no centro da crise, na Palestina/Israel, a situação é de desagregação política; a crise do Oriente Médio se projeta de modo multi-direcional como um fator de crise da Ásia Central, da Rússia e das ex repúblicas soviéticas, e, via Turquia, da própria União Européia.

O Massacre no Iraque

Em 2005, embaixadas e consulados europeus foram queimados em vários países de maioria muçulmana. Na Cachemira houve até uma greve geral. Em Londres os manifestantes gritaram consignas louvando as explosões nos metrô. A provocação das charges anti-muçulmanas publicadas pelo *Jyllands-Posten*, jornal da Dinamarca, ligado à extrema direita e defensor do nazismo na década de 1930, que sugeriam que todo muçulmano é terrorista, foi o motivo. O motivo real da provocação era ganhar a opinião pública para as agressões contra o Iraque e o Afeganistão, e para a preparação do ataque contra o Irã. Os “bárbaros” povos do oriente foram apresentados como potenciais terroristas, contra os quais os “libertadores” ianques e europeus teriam de empreender uma guerra preventiva.

Mas, o que une os explorados dos países árabes a lutarem contra o inimigo opressor comum não é a defesa da religião muçulmana, mas a cólera coletiva acumulada contra dezenas de sanguinárias invasões estrangeiras por séculos a fio. Não é por acaso que todos os esforços de Bush, Blair, etc., para “esmagar o terror” só produziram mais focos de resistência. Muito além de um exagero da

imprensa, os desenhos ofensivos foram parte da propaganda da guerra colonialista. As charges não passaram de insultos grosseiros contra os povos islâmicos ao gosto dos colonialistas, feitos pelos mesmos que, no Iraque, jogaram o Corão dentro do vaso sanitário, ou urinaram sobre ele, como em Guantânamo ou em Abu Grahیب. A Dinamarca faz parte da coalizão imperialista opressora dos afegãos e iraquianos: o governo dinamarquês declarara sua pretensão de dobrar em 2006 o contingente militar do país no Afeganistão. O país também participa da coalizão invasora no Iraque, com 530 militares.

A revolta árabe rendeu seus frutos: “Por causa dos contínuos protestos dos muçulmanos contra as insolentes charges sobre o Profeta Maomé, 1/3 dos soldados dinamarqueses que iriam desembarcar no Iraque acabam de fugir de seus postos. Estão especialmente envolvidos os alistados que serviriam de bucha de canhão. Tudo isso mostra que os protestos muçulmanos em todo o mundo estão sendo eficazes, enquanto os muçulmanos moderados”.29[29]

A respeito da selvageria intra-sectária no Iraque, cabe apontar que as tropas dos EUA destruíram uma mesquita para instigar a guerra civil e enfraquecer a resistência popular. A explosão que destruiu parte da cúpula dourada da Mesquita de Askariya, localizada em Samarra, uma das três cidades que conformam o chamado “triângulo sunita”, desencadeou uma onda de perseguição e assassinatos a integrantes da minoria sunita do Iraque, que continua até hoje.

A destruição da mesquita, um dos quatro templos mais venerados pelos xiítas iraquianos, foi creditada pelo comando das tropas de ocupação anglo-ianque a grupos sunitas de resistência, apesar de nenhuma organização reivindicou o ataque. Os sunitas, minoritários em termos demográficos e sem força política após a invasão ianque, teriam muito a perder com ataques a templos xiítas.

A ação provocativa fora, na verdade, planejada pelas forças de ocupação, a CIA e o Mossad, para incitar uma guerra civil de cunho religioso no território iraquiano. O caos instalado no país após o ataque terrorista serviu para justificar o incremento da repressão a todos os integrantes das frações sunitas e xiítas participantes da resistência popular, em um momento que as forças piratas dos EUA e da Inglaterra sofrem seguidas baixas e um revés no controle político e militar do país. Some-se a esse quadro as denúncias das torturas a prisioneiros iraquianos por tropas britânicas que indignaram o conjunto da população do país, fortalecendo e os protestos unitários no mundo árabe e muçulmano contra a provocação da imprensa ocidental à figura de Maomé.

Estimular a divisão religiosa e étnica no Iraque enfraqueceu a resistência, e tirou das forças de ocupação o foco de inimigo central, além desses “conflitos” justificarem aos olhos da opinião pública mundial a ocupação militar do país frente ao “caos estabelecido”. Esse *modus operandi* é tradicionalmente usado pela CIA em operações secretas. No próprio Iraque, na década de 1980, a Casa Branca armou o governo de maioria sunita do *Baath*, quando Saddam Hussein era aliado dos EUA, com armas e gases letais, para atacar os curdos no norte do país e levar a cabo a guerra contra o Irã. A própria ocupação do Iraque vem imposta com a destruição em massa de cidades, com o emprego de gás napalm em Falujah, e o envenenamento das reservas de água potável em Basra.

O ataque à mesquita em Samarra estimulou uma guerra fratricida e religiosa, debilitando a resistência e fortalecendo o papel de “árbitro” das forças de ocupação. Após o ocorrido em Samarra, mais de 168 mesquitas sunitas foram destruídas, o comércio fechou. Os sunitas foram perseguidos pelas tropas de ocupação, sob a acusação de fomentarem a resistência popular. Seus integrantes passaram a ser caçados em uma operação política e militar claramente orquestrada pelos EUA,

29[29] *Islamic Community Net*, 15 de fevereiro de 2006.

Israel e o governo-marionete de Yalal Talabani/Ibrahim al Yaafari, parido de uma “eleição” boicotada pelos sunitas, e montada através de uma coalizão entre as elites xiita e curda.

O presidente do Irã, Mohamed Ahmadinejad, nação de maioria xiita ameaçada pela Casa Branca e a União Européia por tentar desenvolver seu programa nuclear, responsabilizou os EUA e Israel pela explosão da Mesquita de Askariya: “Essas atividades furtivas são atos de um grupo derrotado de sionistas e ocupantes que querem atíçar nossas emoções. Os EUA devem saber que tal ato não irá salvá-lo do ódio das nações muçulmanas”.^{30[30]} Um comunicado do Hezbollah culpou o governo Bush: “Não podemos imaginar que iraquianos sunitas fizeram isso. Ninguém se beneficia destes atos senão os invasores americanos e os inimigos sionistas”. A crise dos EUA no Iraque é tamanha que o governo norte-americano convidou o governo iraniano a se encontrar para discutir como “parar a violência no Iraque”; os iranianos aceitaram o convite.

Que uma invasão que teve o objetivo de impor “mudanças de regime” no Iraque e em todo o Oriente Médio, e em particular no Irã, concluísse pondo o regime iraniano como o “árbitro” da segurança regional, revela o fracasso estratégico do imperialismo. A dificuldade dos EUA com a ocupação os forçou a por em um segundo plano a disputa com o Irã pela questão nuclear, o que confirma que a preocupação principal de Bush não é “a bomba”, mas forçar os iranianos a “colaborar” no Iraque, na Palestina e em todo o Oriente Médio.

A guerra inter-étnica foi atíçada para consumir a criação de um Estado iraquiano artificial, sem qualquer vestígio de soberania, um verdadeiro protetorado dos EUA na região do Oriente Médio. Iniciada com a nomeação do ex-agente da CIA, Iyad Allawi como primeiro ministro do Iraque, e tendo continuidade com as eleições que elegeu o novo parlamento iraquiano, assim como o governo títere do imperialismo, encabeçado pelo presidente Jamal Talabani, a farsa da transição da “soberania plena” do Iraque arquitetada pelos estrategistas da Casa Branca e avalizada pela ONU teve na promulgação da constituição sua etapa seguinte. A proposta de constituição do Iraque, apresentada na Assembléia Nacional, foi completamente ilegítima, na medida em que não pode haver uma carta soberana em um país ocupado pelas tropas estrangeiras.

Foi no quadro de guerra interna que deu-se continuação ao embuste da Constituição imposta pela ocupação imperialista. Os pontos mais conflitivos do texto foram: a adoção do federalismo, a distribuição do petróleo, a divisão do poder nas províncias e a definição do Iraque como um Estado árabe ou islâmico. Já sobre Kirkuk, cidade localizada no norte do país, uma região rica em petróleo e cujo domínio é reivindicado pelos curdos, estabeleceu-se que a decisão final sobre o assunto ficaria para 2007. A instituição de um Estado iraquiano federativo é, sem dúvida alguma, o ponto de maior divergência. Como uma federação pressupõe uma autonomia significativa para cada uma das suas unidades, os sunitas, por serem minoria (20% da população), temem ficar condenados à pobreza, posto que não receberiam os lucros que xiitas e curdos obteriam com o petróleo.

Nesse ponto, não são apenas os sunitas que se declararam em oposição, mas até setores xiitas como o *mullah* Muqtada Al-Sadr, que se colocou frontalmente contra a divisão do Iraque em estados autônomos. Explodiram confrontos entre as próprias forças xiitas, como a que ocorreu com os

^{30[30]} No entanto, no Iraque do Sul, os clérigos xiitas têm o poder e aplicam, como no Irã, as normas de Alcorão para a vida civil. Os ocupantes denunciam que uma forte infiltração iraniana existe nas milícias e também na polícia. Outros sugerem que a influência iraniana se veiculiza diretamente pelo governo central. Estas milícias, que vestem uniformes oficiais e estão armadas pelo exército norte-americano, assassinam de um modo sistemático os oponentes políticos do governo, e forçam a emigrar os sunitas, minoritários, que habitam a região. Para Furat Shara, cabeça do governo oficial em Basora, a estrada para a “pacificação” do sul de Iraque é “simples”: que os ocupantes “aceitem que haverá um governo islâmico”.

Milicianos das Brigadas al-Mahdi, grupo ligado a Al-Sadr, que enfrentaram seus rivais da milícia Al-Badr, braço armado do Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque, principal partido xiita no governo. Verificou-se o anacronismo, em função das necessidades da resistência nacional iraquiana, da natureza islâmica e teocrática das direções das organizações rebeldes.

A imposição de uma nova constituição do Iraque teve como objetivo consolidar a cooptação das lideranças políticas das etnias, sobretudo dos curdos e xiitas, a partir da divisão das riquezas do país nas mãos de testas-de-ferro dos monopólios anglo-ianques, que partilharim entre si o botim do Estado iraquiano. O verdadeiro motivo da imposição do federalismo é a quebra da unidade nacional da resistência do povo iraquiano, dividindo-a, com a política de alimentar a rivalidade entre as etnias. Entretanto, para minimizar a notória artificialidade da proposta da nova Constituição do Iraque, tentando dotá-la de alguma representatividade, buscaram garantir o apoio de curdos, xiitas e sunitas ao texto constitucional.

O Líbano e o Hezbollah

Em 2006, o ataque genocida de Israel no Líbano, apoiado pelos EUA, evidenciou a existência de um plano imperialista para redesenhar o mapa de todo o Oriente Médio, assim como para liquidar a questão palestina do modo mais violento. Na medida em que a argumentação, de base jurídico-política, do ataque israelense, se revelara insustentável, ela correu paralela à argumentação “histórico-civilizacional” (tributária da famigerada teoria do “choque das civilizações”), pela qual Israel representaria o Ocidente “democrático”, num enfrentamento histórico contra a “barbárie islâmica”. O caráter primário do argumento não impediu que ele ostentasse defesas e defensores cada vez mais (supostamente) “sofisticados”. Na Europa e nos EUA se transformou num best-seller um trabalho de um professor israelense do King’s College de Londres.³¹[31]

A linha-mestra defendida pelo historiador resumiu as vulgaridades amplamente difundidas pela mídia pró-imperialista para justificar a nova cruzada ocidental contra o mundo árabe: “O islamismo sempre teve como projeto sua própria expansão, e isso desde os dias do profeta Maomé. Algo parecido aconteceu por muito tempo com o cristianismo, mas o cristianismo conseguiu, há dois séculos, separar Estado e religião, o que não ocorreu, exceto em raros exemplos, no mundo islâmico... Se o islamismo separasse Estado e religião, ele seria um fenômeno completamente diferente. Nessa outra configuração, o sentimento religioso se tornaria um assunto da esfera pessoal. Mas, no caso islâmico, a esfera é pública, há uma vontade coletiva de dominação política sobre os não convertidos”.

Mas, como justificar a luta política dentro do Islã? Seria essencialmente política ou islâmica? “É essencialmente política, mas a frequência com que isso ocorreu ao longo dos séculos foi sempre marcada por uma dimensão paralela fortemente religiosa. Há uma imagem idealizada que o mundo islâmico sempre fez de si mesmo: a religião deve se expandir, mas as pessoas que professam a fé não devem se confrontar. Mas a história demonstra que os conflitos internos sempre existiram de modo agudo. Esses confrontos não eram apenas religiosos. Tinham como pano de fundo a dimensão material e política da luta pelo poder... O Hezbollah é uma extensão política do Irã. A Revolução Islâmica de 1979 tinha essa mistura primordial de política e religião. Seu dirigente espiritual, o aiatolá Ruhollah Khomeini, reiterou seu propósito de espalhar o islamismo. Foi por isso que o Irã entrou em guerra com o Iraque e tentou desestabilizar todo o Oriente Médio. O Irã não concretizou integralmente seu projeto expansionista. Mas hoje em dia o Hezbollah é parte importante desse processo”.

31[31] Efraim Karsh. *Islamic Imperialism: a History*. Nova Iorque, Yale University Press, 2005.

Mas o Hamas, o outro grupo “radical”, não é xiita, mas sunita: “O Hamas é uma extensão da Irmandade Islâmica [do Egito]. A linguagem dos dois grupos é a mesma. O território de Israel é qualificado de islâmico, não de palestino. O Hamas e a Irmandade se referem a uma espécie de república islâmica planetária”.^{32[32]} Toda a história, nesse resumo, ficava reduzida ao “discurso”; seus componentes econômicos, sociais, políticos, ficam minimizados, transformados em uma alavanca secundária da ideologia. E esta, por sua vez, ficaria limitada à sua dimensão religiosa, reduzindo-se, no caso, ao confronto entre a riqueza e diversidade do judeu-cristianismo, que teriam lhe permitido se acomodar (ou até parir, o que já seria completamente descabelado) a democracia e o Estado de direito, em face da pobreza e homogeneidade do islamismo, que seria historicamente incapaz do mesmo feito imaginário.

Devido ao suposto “imobilismo islâmico”, os países árabes se encontrariam hoje na mesma situação do século VII (mas com celulares e foguetes), não tendo passado por guerras de conquista, submissão colonial, revoluções e contra-revoluções, mudanças econômicas drásticas, uma riquíssima e variada história política, enormes desenvolvimentos (e também retrocessos) culturais. A própria História, no fundo, se reduziria à história das religiões, teoria esta que representa um retrocesso em relação às bases do racionalismo iluminista, base ideológica incontestável, justamente, da democracia e do Estado de direito. Através de uma espécie de messianismo judeu-cristão “civil” (e até “democrático”) preparam-se as bases ideológicas para um novo fascismo.

Somente invertendo a relação histórica entre a base material-produtiva da ação humana, e a sua representação ideológica (inclusive religiosa) se pode proceder a deturpações do tipo e do tamanho de apresentar a revolução iraniana de 1979 como sendo basicamente uma reação “religiosa”. Isto significa ignorar a histórica luta antiimperialista na região, o papel do regime da dinastia Pahlevi no Irã e em todo Oriente Médio, o seu apoio pelos EUA (que, em 1953, derrubou o regime civil nacionalista de Mossadegh),^{33[33]} o papel da esquerda na luta contra a ditadura do Xá, e sua disputa pela direção da revolução com os *mullahs*, enfim, a disputa pela propriedade das maiores bacias petrolíferas do planeta, nas condições criadas pela crise econômica mundial e pelos “choques do petróleo” de década de 1970.

Ou, ainda, apresentar a trágica guerra Irã-Iraque da década de 1980, com seus milhões de mortos, como tendo sido criada pela agressividade de Khomeini e os xiitas, e não pelo sistemático armamento e apoio político-diplomático brindado pelo “Ocidente” (Europa e EUA) ao regime de Bagdá, encabeçado pelo hoje condenado à morte Saddam Hussein, para conter a revolução iraniana.

Dando continuidade ao genocídio libanês, em outubro de 2006, George Bush instruiu uma comissão do parlamento dos EUA para elaborar um plano de divisão do Iraque em três países diferentes, de maioria xiita, curda e sunita, respectivamente. O plano, na verdade, é antigo: “Dividir para reinar é a lógica mortal do domínio colonial, e os sinais de que os EUA estão planejando uma estratégia de saída junto com uma presença a longo prazo (no Iraque) é evidente na nova constituição iraquiana, empurrada através do proconsul dos EUA, Zalmay Khalilzad. Este documento é uma divisão *de facto* do Iraque em Kurdistão (um protetorado EUA-israelita), Iraque do Sul (dominado pelo Irã) e

^{32[32]} João B. Natali. Para historiador, Islã se baseia em expansionismo. *Folha de S. Paulo*, 23 de julho de 2006.

^{33[33]} Mohamed Mossadeg era um nacionalista, nomeado primeiro ministro pelo Xá, e muito próximo à hierarquia islâmica xiita. Em sua gestão se nacionalizou o petróleo (1953) e se fez abdicar o Xá Reza Pahlevi. Grã-Bretanha, junto aos EUA promove um levantamento militar, que depõe finalmente Mossadeg, devolvendo o governo ao Xá.

os páramos de Sunni (dominados por ex-Baasistas às ordens e sob tutela do Departamento de Estado dos EUA). O que é isto senão um convite para guerra civil?”.34[34]

Setores da Casa Branca, cujo porta-voz é o vice-presidente Dick Cheney, trabalham com a “balcanização” do Iraque para melhor controlar as riquezas do país. O embaixador dos EUA no Iraque chegou a anunciar que o “governo nacional” poderia perder apoio de Washington caso não controlasse a situação no que foi tencionado a recuar pelo ministro das relações exteriores da Inglaterra, Jack Straw. O imperialismo ianque passou a discutir a “melhor saída” para o pântano que se meteu no Iraque, sabendo que qualquer alternativa viria através dos passos que a Casa Branca conseguisse dar no conjunto da região do Oriente Médio, em especial nos seus dois outros pontos nevrálgicos: Irã e Palestina.

Na época de sua fundação, a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) colocou a necessidade de destruir o Estado de Israel para que fosse possível a recuperação de seu território histórico e a construção de uma Palestina laica, democrática e não racista, inclusive para os seus habitantes judeus. Yasser Arafat e a direção da OLP abandonaram essa perspectiva depois, adotando a proposta de “dois Estados”. Ou seja, a aceitação da existência do Estado de Israel e a criação de um “mini Estado palestino”, inviável historicamente.

No mesmo momento, as velhas direções nacionalistas dos países árabes, como a de Egito, também compactuaram com Israel. Esta posição das correntes árabes nacionalistas, laicas e de esquerda abriu espaço para que as organizações islâmicas, que mantiveram a exigência da destruição de Israel, como o Hamas e o Hezbollah, ganhassem influência de massas. Isto foi provocado pela renúncia a uma luta democrática conseqüente por parte das correntes “progressistas” e de esquerda.35[35] O Hezbollah, com algo em torno de 6 mil combatentes, enfrentou o poderoso exército sionista. O Hezbollah, que recebe apoio sírio e iraniano, não é visto no Líbano como uma entidade terrorista, mas como um grupo de resistência contra a invasão israelense ao país, em 1982, que só terminou em 2000, 18 anos mais tarde. O grupo foi o único a não se desarmar após a guerra civil do Líbano (1975-1991).

O ataque ao “terrorismo islâmico” no Líbano, em 2006, não enganou ninguém. Não combateram nem combatem o Hezbollah porque é uma “organização terrorista”. Israel e os EUA a combatem porque, laianesa, declarou-se protetora dos palestinos. Porque, xiíta, partiu em defesa dos sunitas, como os habitantes de Gaza e Cisjordania. Eles a combateram porque unificou às massas em vez de promover o sectarismo ou a guerra civil. Eles a combatem porque em vez do terrorismo indiscriminado contra populações civis, insistiu em uma resistência armada contra as forças armadas do opressor. Eles não a combatem porque é um instrumento de Irã ou de Síria, estados que colaboraram na invasão norte-americana do Iraque e com o exército de ocupação de Bush. Eles a

34[34] Tariq Ali . The logic of colonial rule. *The Guardian*, Londres, 23 de setembro de 2005.

35[35] O Hezbollah, cujo programa não reconhece a existência de Israel e chama a destruí-lo, ganhou rapidamente peso de massas por sua atitude frente à invasão israelense ao Líbano, em 1982. Por um lado, se colou nos povos xiítas que vivem nos bairros mais pobres de Beirute. Também assumiu o peso central no combate contra às tropas sionistas que ocupavam ao sul o país, e conseguiu levar adiante a primeira derrota militar da história de Israel, ganhando assim grande prestígio. O Hezbollah desenvolveu-se não só como organização militar, mas passou a administrar centenas de municípios, que conservou depois da retirada israelense, assim como hospitais, escolas e empresas de construção nos bairros pobres de Beirute. Segundo Emile Lahoud, presidente do Líbano, “todo o Líbano apóia o Hezbollah. Pergunte a qualquer libanês. E por quê? Antes do Hezbollah Israel vinha até Beirute como se fosse um passeio. E ninguém fazia nada. Agora eles pensam duas vezes antes de tomar uma aldeia sequer”.

combatem porque põs a solidariedade com o povo palestina sobre os interesses dos Estados e dos poderes.

No espetacular fracasso experimentado pela agressão israelense no Líbano, iniciou-se uma campanha de "terrorismo ideológico", em referência ao Hezbollah, com tópicos como "grupo terrorista, fundamentalismo islâmico, marionete xiita, etc". Mas a divisão do mundo entre "opressores e oprimidos" é a chave central para entender a ação política de Hezbollah. Tanto na "carta aberta" de 1985, como no programa eleitoral de 1992, o Hezbollah dirigiu-se "aos oprimidos", em um chamado que não mantinha relação direta com a divisão entre muçulmanos e não muçulmanos, mas definindo-os como "os que são excluídos social, economica, política e culturalmente", independentemente de "sua identidade religiosa".

Foi significativo que o Hezbollah rejeitasse alianças como as que foram feitas no Afeganistão entre os *mujahidines*, muçulmanos, e as forças norte-americanas. E sem esconder a solidariedade ideológica com os que resistem à opressão em outras partes do mundo, no continente africano, contra a ocupação britânica em Irlanda ou, principalmente, a luta palestina contra o governo sionista, em nome da "unidade da humanidade".^{36[36]}

Na luta contra Israel e os EUA, prevaleceu o caráter nacional do movimento, sem deixar de reconhecer o peso do fator religioso em Hezbollah. Hezbollah condenou os ataques de 11 de setembro de 2001, e se opôs sistematicamente para a Al Qaeda e seus ataques terroristas contra objetivos "ocidentais". Seu líder, Hassán Nasrallah, repetiu em numerosas ocasiões que seu objetivo não é criar um Estado islâmico, mas dar vida a um Líbano forte, capaz de se defender das agressões externas.

Postos em um pântano no Iraque,^{37[37]} os EUA tentam liquidar a resistência dos cada vez maior dos iraquianos. A dia 29 de setembro de 2006, um fato de grande importância revelou que as "democracias ocidentais" são as responsáveis pela "guerra suja". O Congresso norte-americano modificou a lei de tribunais militares, dando, pela primeira vez, apóio legislativo a regras de detenção, interrogação e acusação de "suspeitos de terrorismo" muito diferente das que são normalmente aplicadas nos Estados Unidos. O Congresso norte-americano legalizou deste modo, portanto, as violações mais absurdas dos direitos humanos, entre elas a tortura para obter confissões de prisioneiros.

Os horrores que vimos em prisões como Abu Grahیب e Guantánamo não só não desaparecerão, mas agora passariam a ser legais. No livro *Estado de Exceção*, Giorgio Agamben estuda a contraditória figura dos momentos antes "extraordinários" - de emergência, sítio, guerras - onde o Estado usa de dispositivos legais justamente para suprimir os limites da sua atuação, a própria legalidade e os direitos dos cidadãos. Segundo o autor, "o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal". Um poder além de regulamentações e controle, que hoje não é mais excepcional, mas sim o padrão de atuação dos Estados. O "estado de exceção" expõe as áreas mais obscuras do direito e da democracia, as que legitimam a violência, a arbitrariedade e a suspensão dos direitos, em nome da segurança, mas a serviço da concentração de poder.^{38[38]}

O Papa e os Tardo-Iluministas

^{36[36]} Txente Rekondo. Hezbollah, la respuesta de los oprimidos. In: *www.rebelión.org*.

^{37[37]} Mais de cinco mil soldados norte-americanos abandonaram as forças armadas desde que a invasão ao Iraque começou, alguns se recusando a combater no país árabe, e outros relutantes para uma segunda missão.

^{38[38]} Giorgio Agamben. *Estado de Exceção*. São Paulo, Boitempo, 2004.

Na Europa, a ofensiva “cultural” contra a juventude muçulmana, em especial contra as jovens que desejam usar o *tchador* na escola pública, tudo em nome do “laicismo”, da “neutralidade religiosa”, e até do “iluminismo”, revela o cinismo atingido pela secular opressão imperialista européia. Segundo uma reacionária visão, Europa se tornou um “campo da jihad”, e poderia ser “a parte do mundo onde a América enfrenta a maior ameaça de extremismo islâmico”. Assim diz Daniel Benjamim, um conselheiro de Casa Branca que é agora um *expert* em terrorismo no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, um *think-tank* dos EUA. Benjamim faz uma projeção demográfica: a população muçulmana da União Européia de 25 membros pode, com as tendências presentes, dobrar de aproximadamente 15 milhões para 30 milhões antes de 2025. E isso sem contar a candidata (à UE) Turquia, com uma população quase completamente muçulmana de ao redor de 70 milhões de pessoas.³⁹[39]

A ofensiva “anti-muçulmana” revela também o caráter imperialista e opressor do laicismo nos Estados que deixaram a etapa da formação do Estado nacional há muito tempo atrás, junto com o combate contra o clero anti-nacional. Esses Estados eles são, na atualidade, opressores de Estados, de nações e de nacionalidades. A neutralidade religiosa nos Estados imperialistas, igual ao que acontece com a democracia, tem um conteúdo opressor. É um aspecto de um combate, não contra o clero e o oscurantismo clerical, mas contra o ateísmo e a ciência.

Também é um instrumento de luta das confissões das nações opressoras contra as confissões das nações oprimidas. O laicismo “ocidental” também pretende ocultar os laços reforçados entre os Estados e a igreja oficial histórica (católica ou protestante), como também com o Vaticano. Dado a hegemonia do capital financeiro, esses laços são na atualidade mais estreitos do que no tempo em que a separação da Igreja do Estado ainda não tinha sido sancionada. Uma gama inteira de corporações e fundações que financiam o progresso do clero no campo da educação e da cultura asseguram uma estreita relação crescente entre o clero e o “estado democrático”.

A ofensiva do estado francês imperialista contra a juventude e os trabalhadores que não comungam com as religiões estabelecidas, especialmente contra os de obediência muçulmana, é uma ferramenta do capital contra a unidade entre os setores diversos do proletariado, e reforça a tendência comunitarista daqueles que não se subordinam à religião oficial, isto é, para todos os fins práticos, o catolicismo. Os Estados seculares imperialistas usam a neutralidade religiosa, não como uma medida de luta contra o oscurantismo, mas contra o ateísmo e o comunismo. A circunstância de que a neutralidade possa entrar em conflito com tendências confessionais extremas não atenua em nada o fato de que se trata de um meio cultural e político de domínio da burguesia imperialista e até mesmo da religião oficial, pelo apoio que ela recebe do capital financeiro.

O mesmo propósito de divisão da classe trabalhadora, especialmente nos países imperialistas ou “desenvolvidos”, cumpre a promoção do “multiculturalismo” por parte do Estado, alegando a necessidade de proteger as “diversidades” étnicas ou religiosas. Na realidade, busca-se limitar os trabalhadores imigrantes e os seus descendentes em uma sorte de guetos, controlados por uma burocracia do (ou guiada pelo) Estado, e esconder deste modo a discriminação brutal de que eles são objeto, tanto do ponto de vista dos direitos formais, como também das condições sociais. Os trabalhadores “nativos” dos países imperialistas deveriam fortalecer seus laços com os trabalhadores de obediência muçulmana, por meio da luta comum de classe contra o capital. Através da luta e da organização comum, com os irmãos de classe, abrir-se-ia a luta contra todo tipo

³⁹[39] Islam, America and Europe: look out, Europe, they say. *The Economist*, Londres, 22 de junho de 2006.

de oscurantismo religioso, em primeiro lugar contra a igreja dominante, e contra todo domínio comunitarista clerical.

Os trabalhadores de não-obediência católica não deveriam se deixar enganar pelas estórias da “igualdade cultural”, e pôr no primeiro plano o esforço e a luta contra o capital, para obter a igualdade de acesso às conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores do país:40[40] “O dever da esquerda é nos envolver em todas as lutas contra a discriminação e racismo em nossos distritos. Nós temos que participar da construção de um movimento operario novo que inclua todos os que foram instalados ultimamente no país. Ao mesmo tempo, temos que fazer o nexu entre o que acontece localmente e o que acontece no resto do mundo. É o imperialismo e a "guerra contra o terrorismo" que alentou esta nova forma de racismo. A luta contra o racismo também deve ser uma luta contra o imperialismo”.41[41]

Em setembro de 2006, uma atitude do Papa Bento XVI provocou raiva entre as comunidades islâmicas por causa da citação de um imperador bizantino do século de XIV, de acordo com o qual "Maomé defendeu coisas ruins e desumanas, como a ordem dele de difundir a fé pela espada". Dirigindo-se a uma platéia da Universidade de Regensburg, na Alemanha, o papa citou um trecho de uma obra do imperador bizantino Manuel XX Paleólogo (1391), relacionando a religião islâmica e Maomé à questão da violência. “Mostre o que Maomé trouxe de novo e achará somente coisas más e desumanas, como sua ordem para espalhar pelo medo da espada a fé que pregava”.

Depois do discurso, milhares de muçulmanos protestaram contra a associação do islamismo com a violência e exigiram que o papa se desculpasse publicamente. Porta-vozes do Vaticano, porém, negaram que o pontífice tivesse como objetivo ofender os muçulmanos. Disseram que Ratzinger apenas condenou o uso da religião para promover a violência. Muitos analistas do Vaticano, porém, opinam que o pronunciamento do papa pode indicar uma mudança de postura da Igreja Católica depois da sucessão de João Paulo II, tido como um conciliador entre as religiões. Se Bento 16 realmente desejasse condenar a religião como forma de combater a violência, teria começado fazendo uma auto-crítica da própria Igreja Católica.

Por séculos, ela promoveu, em nome da fé, a Inquisição, a caça aos dissidentes e às pessoas que professavam outras religiões. Em nome da fé e com a cumplicidade da Igreja, conquistadores espanhóis e portugueses promoveram o massacre de populações indígenas no continente americano. Em nome de Deus, o papa Urbano II promoveu as cruzadas na Idade Média, lembradas pelo banho de sangue contra as populações islâmicas. Até hoje o Vaticano não pronunciou uma só palavra de auto-crítica sobre esse passado sombrio.

A grande imprensa apressou-se em sair em defesa do papa. A maioria dos veículos disse que não há fundamento nas críticas feitas pelos líderes muçulmanos, sugerindo que estes procuram criar uma “guerra religiosa”, produto de seu “fanatismo religioso”. Do mesmo modo, não é possível compreender as declarações do papa sem mencionar os sessenta anos de brutal ocupação militar da Palestina por Israel. É a serviço da agressão imperialista que as declarações foram realizadas.

40[40] Jorge Altamira. Un programa para la IV° Internacional. *En Defensa del Marxismo* n° 33, Buenos Aires, abril de 2004.

41[41] A. Sivanandan. Comment comprendre la montée du racisme anti-musulman? *Socialisme International* n° 17, in: www.revue-socialisme.org.

O Papa Ratzinger levou a um ponto crítico a relação de Vaticano com o Islam ao afirmar: "Mostre para mim o que aquele Maomé trouxe de novo, e você achará só mal e coisas desumanas, como a diretiva dele de difundir por meio da espada a sua fé". Depois, lamentou "as reações levantadas" mas evitou se desculpar por ter associado o Islã à violência. Em Israel, a "audácia" do Papa foi celebrada. A resposta são mobilizações constantes no mundo islâmico e réplicas de todos os religiosos e autoridades políticas, incluídos os 57 países que integram a Organização da Conferência Islâmica. Provavelmente, também foi a causa do assassinato de uma freira na Somália.

A Igreja Cristã, na verdade, foi pioneira do "choque de civilizações", na Alta Idade Média, quando toda a Europa mobilizou-se nas cruzadas, sua *jihād* contra os "infiéis" do Oriente, na ambição de "evangelizar" seus mercados. A Igreja não só encerrou às mulheres, nem mesmo reconheceu que elas tinham alma até 1536. A Inquisição aniquilou 0,3% da população europeia sob pretexto de "heresia". Motor fundamental da conquista de América, santificou e ficou rica com o maior genocídio da história.

E foi também guia espiritual de todas as ditaduras, de Franco até Videla. Nem a pior "ameaça do Islã" contra Ocidente seria capaz de reproduzir a história do Papado. Os muçulmanos entendem que Bento XVI é o porta-voz "da guerra dos cruzados declarada por Bush". O ayatolá iraniano Khamenei não duvida que suas declarações eram intencionais e que são "a última manifestação de uma cruzada americano-israelita contra o Islã que procura para gerar crise entre as religiões para alcançar seus objetivos". Por isso, disse, os protestos deveriam dirigir-se contra "o Grande Satã" (os Estados Unidos).

Presidente durante 25 anos da Inquisição (Congregação hoje chamada "da Doutrina da Fé"), Ratzinger extirpou qualquer aspecto de progressismo, deixando a Igreja sob controle de seus núcleos mais regressivos. Anos atrás Ratzinger condenou o Islã "porque não está inserido no espaço de liberdade da sociedade plural". Se opôs ao diálogo com o Islã promovido por Wojtila, mais próximo à posição do imperialismo europeu do que àquela dos EUA. Um das primeiras medidas papais do novo "infalível" foi exilar no Egito o bispo Michael Fitzgerald, o perito maior no Islã de Vaticano, e tirar a autonomia do Conselho para o Diálogo Interreligioso, que Fitzgerald dirigiu. Tentou impedir a entrada da Turquia para União Europeia, porque não é um país de fé cristã. Ratzinger é um religioso fanático.

Para que não restassem dúvidas, Ratzinger-Bento, em pleno desenvolvimento do *affaire* da Universidade de Regensburg, deixou claro que "a relação com as outras religiões só seria construtiva se se despejasse toda ambiguidade", o que se conseguiria "afirmando a fé em Cristo como único Salvador de todos os homens", e reafirmando "que a única salvação se encontra no cristianismo", devendo-se "reafirmar a supremacia do catolicismo sobre as outras denominações".^{42[42]} Isto foi dito em um Ateneo dos Jesuítas, na Universidade Gregoriana de Roma. Quem incita, então, para a guerra religiosa?

"Especialistas", às vezes até de origem árabe, alimentam a fogueira com descobertas do tipo "a violência no Islã é uma realidade, tanto no texto (do Alcorão) como na história, como eles a representam (para si próprios)".^{43[43]} É mais do que óbvio que o mesmo se pode dizer de todas as outras religiões, especialmente monoteístas (a começar pelo bíblico "olho por olho, dente por

^{42[42]} Marco Politi. "Si al dialogo tra le religioni, ma evitare l'ambiguità". *La Repubblica*, Roma, 4 de novembro de 2006.

^{43[43]} Abdelwahab Meddeb (entrevista). *L'islamisme est la maladie de l'islam, mais les germes sont dans le texte. Libération*, Paris, 23 de setembro de 2006.

dente”, do Antigo Testamento, base comum de todas). E de pouco vai adiantar se opor à escalada “intolerante” em nome da simples constatação de que “Europa recebeu a herança antiga através da mediação da cultura arabo-islâmica. Em muitos lugares o Islã se encontra entrelaçado com o Ocidente cristão e com o mundo hebreu. Nada é mais errado do que contrapor a herança européia ao Islã”.44[44]

Porque o que há que destacar e atacar é o fato de que o pseudo laicismo imperialista está se transformando crescentemente em um aliado do belicismo católico *alla Ratzinger*, definindo que o Estado não pode tratar outras tradições do mesmo modo que “àquela religiosa, milenar e majoritária, representativa do povo, transforma em cultura hábito e *religião civil* (sic). O cristianismo não é, entre nós, uma religião entre outras, pois perméia a nossa história... o ódio anti-cristão dos velhos ateus iluministas da-se a mão com o ódio islâmico pela nossa religião”.45[45] A solução seria, nesse caso, transformar o cristianismo em religião de Estado no Ocidente?

As bases da degradingolada fundamentalista-cristã das “democracias” dos EUA e de Europa estão na dominação imperialista do planeta por um punhado de potências capitalistas. Não há “diálogo das civilizações” possível com quem coloca a própria superioridade como condição prévia do “diálogo”. O discurso da superioridade cultural está a serviço dos que assassinam 200 iraquianos por dia, ou 100 palestinos por semana, a serviço da exploração imperialista no mundo todo.

O que se deve atacar é a própria dominação imperialista, o que só pode ser efetivo através da aliança dos oprimidos do Oriente e do Sul com a luta anti-capitalista dos operários e trabalhadores do Ocidente. Só a revolução socialista mundial poderá resgatar da perspectiva de destruição a cultura universal que a humanidade social construiu, de modo diferenciado mas não contraditório, ao longo de uma história milenar.

Bibliografia

- A. Sivanandan. Comment comprendre la montée du racisme anti-musulman? *Socialisme International* n° 17, in: www.revue-socialisme.org.
- Abdelwahab Meddeb (entrevista). L’islamisme est la maladie de l’islam, mais les germes sont dans le texte. *Libération*, Paris, 23 de setembro de 2006.
- Adel-Th. Khoury. *Los Fundamentos del Islam*. Barcelona Herder, 1981.
- Aldo Ramirez (Osvaldo Coggiola). La revolución permanente en Irán. *Politica Obrera* n° 297, Buenos Aires, julho de 1979.
- Alfonso Di Nola. *Maometto*. Roma, Newton & Compton, 1996.
- Ali Merad. *L’Islam Contemporain*. Paris, PUF, 1990.
- Andrew G. Bostom. *The Legacy of Jihad*. Nova Iorque, Prometheus Books, 2005.
- Ángel Parras. Sobre o Islamismo. *Marxismo Vivo* n° 11, São Paulo, 2004.
- António Carmo. *Antropologia das Religiões*. Lisboa, Universidade Aberta, 2001.
- Azzedine Guellouz. O Islão. In: Jean Delumeau. *As Grandes Religiões do Mundo*. Lisboa, Presença, 1997.
- Bassam Tibi. *The Challenge of Fundamentalism*. Political Islam and the New World Disorder. Los Angeles, University of California Press, 1998.
- Bernard Lewis. *La Costruzione del Medio Oriente*. Bari, Laterza, 2006.
- Biancamaria Sciarca Amoretti. *Il Mondo Musulmano*. Quindici secoli di storia. Roma, Carocci, 2005.
- Charles Kurzman. *Liberal Islam*. A sourcebook. Londres, Oxford University Press, 1998.

44[44] Ulrich Beck. I diritti nell’era del mondo globale. *La Repubblica*, Roma, 1° de novembro de 2006.

45[45] Marcello Veneziani. Ma la nostra è una società laica sì o no? *E Polis Roma*, 17 de outubro de 2006.

- Claude Cahen. *El Islam*. México, Siglo XXI, 1980.
- Claude Horrut. *Ibn Khaldun, un Islam des "Lumières"?* Bruxelles, Complexe, 2006.
- David Barsamian e Tariq Ali. *Imperialismo & Resistência*. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- David Nicolle. *Atlas Histórico del Mundo Islámico*. Madri, Edimat Libros, 2004.
- Edward Said. O choque de ignorâncias. *Folha Online*, 17 de outubro de 2001.
- Edward Said. O panorama da oposição, *Al-Ahram*, 8-14 de junho de 2000.
- Efraim Karsh. *Islamic Imperialism: a History*. Nova Iorque, Yale University Press, 2005.
- Émile Demenghem. *Mahoma y la Tradición Islámica*. Madri, Aguilar, 1963.
- Ernest Abrahamian. *Khomeinism*. Essays on the Islamic Republic. Nova Iorque, I. B. Tauris, 1993.
- Ferdinando Schettino. *La Grande Diaspora*. Roma, manuscrito, 2006.
- Fernando Hurtado. El mundo árabe. In: www.rodolfowalsh.org, 5 de janeiro de 2006.
- Francesco Gabrielli. *Maometto e le Grande Conquista Árabe*. Roma, Newton & Compton, 1996.
- Francis Fukuyama. *El Fin de la Historia y el Último Hombre*. Barcelona, Planeta, 1988.
- François Burgat. *El Islamismo Cara a Cara*. Barcelona, Bellaterra, 1996.
- Fred Halliday. El fundamentalismo en el mundo contemporáneo. *Webislam* n° 114, 9 de fevereiro de 2001.
- George Tate. *L'Orient des Croisades*. Paris, Gallimard, 1991
- Gerhard Endress. *Introduzione alla Storia del Mondo Musulmano*. Venezia, Marsilio Editori, 1996.
- Ghali Hassan. EEUU anima al "fundamentalismo religioso" para contrarrestar los movimientos nacionalistas y socialistas. *Global Research*, 15 de outubro de 2005 / *CSCAweb*, 26 de outubro de 2005.
- Giampaolo Valdevit. *Stati Uniti e Medio Oriente dal 1945 ad Oggi*. Roma, Carocci, 2003.
- Gilles Kepel. *Fitna*. Guerra nel cuore dell'Islam. Bari, Laterza, 2006.
- Gilles Kepel. *La Jihad*. Expansion et déclin de l'islamisme. Paris, Gallimard, 2000.
- Gilles Kepel. O islamismo está em declínio. *Tempo Real Cebr* n° 5, Rio de Janeiro, 12 de abril de 2001.
- Gilles Kepel. *The Revenge of God*. The resurgence of Islam, Christianity and Judaism in the Modern World. Londres, Polity Press, 1994.
- Giorgio Agamben. *Estado de Exceção*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- Guido Rampoldi e Tahar Ben Jelloun. Dietro il velo. *La Domenica di Repubblica*, Roma, 22 de outubro de 2006.
- Guy Spitaels. *La Triple Insurrección Islamista*. Paris, Fayard/Luc Pire, 2005.
- Hamza Alavi e Fred Halliday. *State and Ideology in the Middle East and Pakistan*. Londres, Macmillan, 1988.
- Hashim Ibrahim Cabrera. Fanatismo y religion: el Islam ante el fanatismo. In: www.webislam.com.
- Henri Pirenne. *Maometto e Carlomagno*. Roma, Newton & Compton, 1994.
- Henri Tincq. Entre Rome et l'islam, un dialogue mal en point. *Le Monde*, Paris, 27 de setembro de 2006.
- Humam al-Hamzah. Terrorismo, uma palavra perigosa. In: www.icarabe.org.br, setembro de 2006.
- Immanuel Wallerstein. *Islam, the West, and the World*. Lecture in series, "Islam and World System," Oxford Centre for Islamic Studies, outubro de 1998.
- Islam, America and Europe: look out, Europe, they say. *The Economist*, Londres, 22 de junho de 2006.
- Jacques Berque. *Les Arabes*. Paris, Sindbad, 1973.
- Jacques Heers. *O Mundo Medieval*. Lisboa, Edições Ática, 1976.
- Jamal J. Elias. *Islamismo*. Lisboa, Edições 70, 2000.
- Jean-Charles Brisard e Guillaume Dasquié. *Ben Laden, la Vérité Interdite*. Paris, Denöel, 2001.
- João B. Natali. Para historiador, Islã se baseia em expansionismo. *Folha de S. Paulo*, 23 de julho de 2006.
- John K. Cooley. *CIA et Jihad*. Une alliance désastreuse contre l'URSS. Paris, Autrement, 2002.
- Jorge Altamira. Un programa para la IV° Internacional. *En Defensa del Marxismo* n° 33, Buenos Aires, abril de 2004.
- Jürgen Elsässer. *Comment le Djihad est Arrivé en Europe*. Vevey, Editions Xenia, 2006.
- Karen Armstrong. *A History of God*. Londres, Vintage Books, 1999.
- Kayhan Barzegar. What does al-Qaeda want? *Middle East Roundtable*, Ed. 31, Vol. 3, 18 de agosto de 2005.

- Khalid Duran e Abdelwahab Hechiche. *Children of Abraham*. An introduction to Islam for Jews. Nova Iorque, The American Jewish Committee, 2001.
- Lal Khah. El resurgimiento del fundamentalismo: causas y perspectivas. In: www.engels.org/marxismo/marxis1/marx5.htm
- Lawrence Malkin e Yuval Eelizur. Terrorism's money trail. *World Policy Journal*, Cambridge, março de 2002.
- Leon Trotsky. Por que os marxistas se opõem ao terrorismo individual (1911). *The Marxists Internet Archive*, junho 2005.
- Liga Obrera Socialista (Palestina). La agresión militar sionista contra Siria y la "guerra contra el terrorismo". *Prensa Obrera* n° 824, Buenos Aires, 6 de novembro de 2003.
- Lila Rajiva. *The Language of Empire*. Abu Ghraib and the American Media. Nova Iorque, 2005.
- Luciano Pellicani. *Jihad: le Radici*. Roma, Luiss University Press, 2004.
- M. Marty e S. Appleby. *Fundamentalism and the State*. Chicago, University of Chicago Press, 1993.
- M. N. Roy. Historical role of Islam: an essay on Islamic culture. In: *Marxists Internet Archive* (2006).
- Mamadou Ly. *Iran 1978-1982*. Una rivoluzione reazionaria contro il sistema. Firenze, Prospettiva, 2003.
- Marcello Veneziani. Ma la nostra è una società laica sì o no? *E Polis Roma*, 17 de outubro de 2006.
- Marco Politi. "Si al dialogo tra le religioni, ma evitare l'ambiguità". *La Repubblica*, Roma, 4 de novembro de 2006.
- Martin Kramer. *The Islamism Debate*. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1997.
- Massimo Campanini. *Storia del Medio oriente (1798-2005)*. Bologna, Il Mulino, 2006.
- Noam Chomsky. *Terrorismo Internacional ¿Qué Remedio?* Conferencia no "Simposio Internacional sobre Terrorismo de Estado y Derechos Humanos", realizada na Johan Wolfangs Goethe Universität de Frankfurt/Main em abril de 1986.
- Olga Cristobal. El rottweiler de la fe: el Papa y el Islam. *Prensa Obrera* n° 964, Buenos Aires, 21 de setembro de 2006.
- Olivier Roy. La fin de l'islam politique. *Esprit*, Paris, agosto de 2001.
- Olivier Roy. *The Failure of Political Islam*. Nova Iorque, Harvard University Press, 1994.
- Pablo Rieznik. Sobre el Estado de Israel y el nacionalismo árabe. *Prensa Obrera* n° 968, Buenos Aires, 20 de outubro de 2006.
- Pierre Keller. *La Question Arabe*. Paris, PUF, 1948.
- Reuven Paz. Between ideology and strategy. *Middle East Roundtable*, Ed. 31, Vol. 3, 18 de agosto de 2005.
- Riccardo Redaelli. *Il Fondamentalismo Islamico*. Firenze, Giunti, 2003.
- Robert S. Leiken. Through the lens of Iraq. *Middle East Roundtable*, Ed. 31, Vol. 3, 18 de agosto de 2005.
- Rodolfo Ragionieri. *Il Golfo delle Guerre*. Islam, nazionalismo, superpotenze. Firenze, Cultura della Pace, 1991.
- Rudolph Peters. *Jihad in Mediaeval and Modern Islam*. Londres, Brill Academic Pub, 1977.
- S. Zubeida. *Islam, the People and the State*. Londres, Routledge, 1989.
- Samuel P. Huntington. *Lo Scontro delle Civiltà e il Nuovo Ordine Mondiale*. Roma, Gli Elefanti Saggi, 1998.
- Sergio Luzzatto. Minacce islamiche e libertà a rischio. *Corriere della Sera*, Milano, 5 de outubro de 2006.
- Tariq Ali. *The Clash of Fundamentalisms*. Crusades, jihad and modernity. Nova Delhi, Rupa & Co, 2002.
- Tariq Ali. The logic of colonial rule. *The Guardian*, Londres, 23 de setembro de 2005.
- Trevor Ling. *A History of Religion East and West*. Palgrave, Macmillan, 1969.
- Txente Rekondo. Hezbollah, la respuesta de los oprimidos. In: www.rebelión.org.
- Ulrich Beck. I diritti nell'era del mondo globale. *La Repubblica*, Roma, 1° de novembro de 2006.
- Vali Nasr. *The Vanguard of the Islamic Revolution*. The Jama'at-i Islami of Pakistan. Los Angeles, University of California Press, 1994.
- Vicente Romano. Fundamentalismo. In: www.rebelion.org.